

três x quatro

Jornal Laboratório Comunicação UFRGS — Outubro de 1988

Autonomia em lugar de separatismo

Estado forte e soberano é a expectativa dos gaúchos com a instalação da Constituinte.

Página Central



Duas unidades para a primeira fase do Pólo

Em três anos o Rio Grande do Sul poderá ter consolidado o Pólo Petroquímico de Triunfo. A concretização desta importante etapa no desenvolvimento industrial do estado será possível com a instalação das plantas de Cumeno, fenol, acetona e de MVC/PVC. A consolidação do pólo implicará também na duplicação da capacidade da Refinaria Alberto Pasqualini. Página 4

UFRGS se instala na praia de Capão Novo



O Rock de Astaroth dá uma idéia das programações da Festa do Sol em Capão Novo, onde a UFRGS inaugurou a primeira etapa de um moderno Centro de Lazer. O projeto prevê uma colônia de férias seis vezes maior que a atual, com destaque para um centro de convenções. Enquanto isso, alunos e professores reclamam da baixa qualidade do ensino e da pesquisa. Página 9.

Auto-
mobilismo
gaúcho
mostra toda
a força

Página 5

Automobilismo
gaúcho mostra
toda a força



Bye, bye Brasil: A resposta da juventude

Estudantes brasileiros buscam novas oportunidades e aventuras em outros países, através de emigração e bolsas de estudos. Página 3

“CIEMs são
pirâmides
em áreas
pobres”.

Página 8

Búfalo: um
mercado em
expansão

Página 10

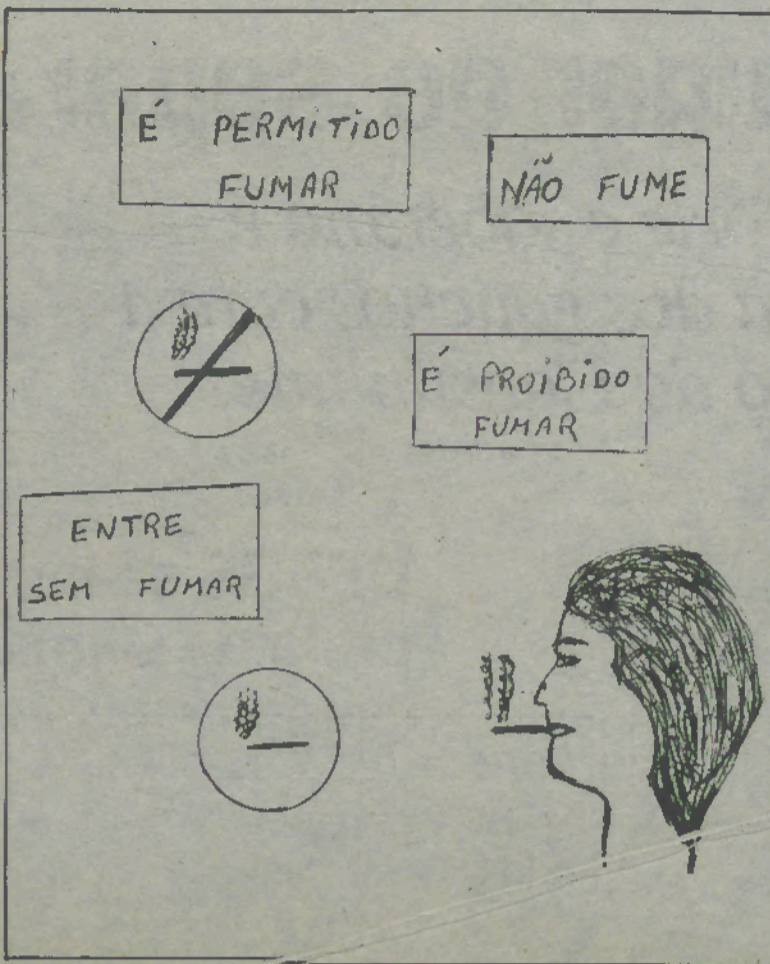
Fumar: hábito que não deixa de ser discutido

Sem data marcada para que comece a sua circulação, mas com previsão de que ocorra ainda este ano, todas as carteiras de cigarro do Brasil trarão impressas a advertência: "Fumar faz mal à Saúde". Esta medida, tomada pelo Ministro da Saúde, Borges da Silva, tem como objetivo diminuir o número de fumantes do país.

A iniciativa, de conscientização do povo sobre os malefícios do cigarro, tem por objetivo evitar que um quadro alarmante continue a existir no país. Segundo o professor e pneumologista Mário Rigatto, a incidência de câncer no pulmão é 90% maior em fumantes, assim como os cânceres de boca e laringe. Estatísticas oficiais nos mostram que de 1960 a 1986 morreram 9,1 milhões de pessoas em consequência do hábito de fumar, numa média de 350 mil vítimas por ano. Estes números não são aceitos por todos, mas todos tem como certo que pelo menos 120 mil pessoas morrem por ano por causa do tabagismo e que um número semelhante fica incapacitado pelo mesmo motivo.

ECONOMIA E SAÚDE

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria do fumo (Abifumo), o ex-ministro da Agricultura Nestor Jost, "a indústria do fumo defende apenas o direito de cada um fazer o que quer. Fumar ou não fumar". Além disso, ele argumenta que somente na agricultura, o fumo emprega 600 mil pessoas e existem 2,5 milhões de pessoas vinculadas direta ou indiretamente com toda a atividade e que 73% do valor de cada carteira de cigarro vão direto para os cofres do governo em impostos diretos e indiretos. Mas Jost não quer defender



o tabagismo apenas sob o ângulo econômico. Para ele, também a questão da saúde é importante. "O que está acontecendo é a campanha do exagero". Exagero, segundo ele, baseado no fato de que os médicos fumam e que os estudos e estatísticas divulgadas não tem comprovação científica. Para exemplificar isto, cita o fato de que há mais de 50 anos fuma e até agora não sentiu nenhum dos efeitos e malefícios que dizem que o tabagismo provoca.

VÍCIO

Os prejuízos à saúde, sem contar todos os gastos que se tem — no ano de 1985, o país gastou certa de um bilhão de cruzeiros so-

mente com internações decorrentes de doenças causadas pelo tabagismo para um total de sete bilhões arrecadados — criam a indagação de por que o Brasil consome uma média de 168 bilhões de cigarros por ano. A explicação a este fato foi dada pela maior autoridade de saúde dos EUA, C. Everett Koop, em abril deste ano. Após um estudo de mais de dez anos sobre o vício do tabagismo, realizado por cientistas do mundo inteiro, descobriu-se que um dos componentes da fumaça do cigarro — a nicotina — pode causar uma dependência comparável à da cocaína e à da heroína, pesadas drogas que agem diretamente sobre o cérebro e que causam um sofrimento muito grande nas pessoas que tentam largar o vício.

Os fumantes mantêm seu vício

Até poucos anos atrás, fumar era um símbolo de "status" dentro de uma comunidade. O adolescente era considerado um homem quando fumava na frente de seu pai e este não o reprimia. Na mulher, o hábito de fumar demonstrava que ela era uma pessoa bem avançada para a sociedade de mulheres recatadas e submissas à vontade de pais e maridos. Mas muito poucas conseguiram atingir este patamar de libertação pessoal, por isto, poucos fumavam. Com o advento da liberação dos costumes e a saída das mulheres do lar para o mundo de trabalho fora de casa, isto mudou. Elas passaram a fumar em maior quantidade (segundo alguns pesquisadores, atualmente existem mais mulheres entrando no vício do tabagismo do que homens), só que o mundo do fumo não é mais tão feliz e alegre como os comerciais anunciavam. Antigamente, sempre que se observava um comercial, uma publicidade de cigarros, se notava, além da juventude, da alegria e de grande prazer de fumar a liberdade que os fumantes tinham. Mas será que eles tinham realmente esta liberda-

de?

"Quando comecei a fumar, uns 20 anos atrás, não tinha tantos problemas quanto hoje". Assim se manifestou Maria Oliveira, funcionária pública, sobre o fato de estar cada vez mais difícil fumar, pois antigamente não recebia tantas críticas e porque podia fazê-lo em mais lugares, coisa que não acontece mais hoje em dia. "Antigamente as placas diziam onde não se podia fumar, hoje em dia o que tenho notado é que estão colocando placas de onde é permitido fumar".

Mas existem mulheres que não se importam muito com as pressões. "Todo mundo fica me cobrando para deixar de fumar, mas eu não estou nem aí. Eu gosto de fumar e vou continuar fumando". Esta é a declaração de Carmem Silveira, secretária, sobre as pressões que ela e outras colegas tem sofrido para deixarem de fumar. "Eu gosto de fumar. Não sei nem quero saber se faz mal para a saúde". Concluiu.

Marco Aurélio

Rock gaúcho promete novo banho de energia para o final do ano

Dá até para ver o Guaíba, o que pode ser considerado um luxo em termos de distâncias sociais. Alexandre Barea, baterista dos Cascavelletes, banda portoalegrense de rock, conta que esta é a primeira observação da maioria das pessoas que visitam seu apartamento. "O por do sol é chocante", diz ele, enquanto se prepara para uma entrevista em vídeo a ser gravada dali a instantes. Fita rodando, as perguntas giram em torno de shows e perspectivas de trabalho. Um bom gancho para a última delas: "Já dá para viver de música aqui no sul?". Ele vacila, mas concorda que sim. Antes de uma revelação, foi uma confirmação — a final, a vista para o Guaíba é paga pelo que ele recebe como baterista.

Os Cascavelletes é apenas um dos tantos grupos de jovens gaúchos que escolheram a estrada do rock para tentar uma carreira profissional. Estão alcançando o objetivo. Sua agenda de shows está cada vez mais cheia, principalmente depois do lançamento de seu primeiro disco, em junho deste ano. Fato curioso é que se trata de uma gravação independente, articulada depois de muito tempo de espera por um possível interesse de uma grande gravadora. Mesmo com essa dificuldade, já vendeu cerca de oito mil cópias e duas de suas músicas encabeçaram durante algum tempo as listas das mais pedidas nas FMs da cidade; Com apresentações marcadas no centro do país para novembro — a primeira delas no Teatro Ipanema, no Rio, — a banda vê neste turnê uma possibilidade real de fechar o contrato que tanto espera.

PARADOXOS

Se o grupo de Alexandre Barea espera ansioso por uma estrutura melhor para poder "deslanchar de vez", outros, que já contam com isso, mostram-se decepcionados com o esquema de trabalho. É o caso do DeFalla, que lançou seu primeiro elepê pela RCA no final do ano passado. Segundo Edu K, vocalista e também guitarrista, "a gravadora não fez nada pelo disco a não ser gravar. Na verdade, o DeFalla tem contrato com uma multinacional, mas a divulgação é de banda independente, quase de boca a boca". O fato é que o elepê vendeu pouco, menos da metade do obtido pelos independentes Cascavelletes. A renovação de contrato com a RCA, no entanto, foi garantida pela excelente aceitação que a banda teve junto à crítica, que elogiou a colagem sonora do trabalho de estréia.

Os problemas de relacionamento com as gravadoras são amplos: vão do descaso à exploração. Na condição de uma das bandas mais populares do Brasil na atualidade, os Engenheiros do Hawaii amargaram há pouco tempo uma das manipulações mais comuns do capitalismo na indústria fonográfica. A RCA — que coincidentemente é a multinacional que tem os seis grupos gaúchos contratados até agora (os outros são Nenhum de Nós, TNT, Replicantes e Garotos da Rua) — fez uma remixagem mais "limpa" e reduzida da música "Infinita Highway", do segundo disco dos Engenheiros, para ficar mais "acessível" às rádios. Imediatamente a banda protestou via meios de comunicação, e a versão "empastelada" logo saiu do ar.

PRODUÇÃO

Driblando estes contratemplos, as bandas de rock do Rio Grande do Sul vão solidificando uma posição de destaque no cenário nacional. Engenheiros do Hawaii e Nenhum de Nós, por exemplo, já estiveram duas vezes na mesma edição do programa "Globo de Ouro", num dos horários mais disputados da televisão brasileira. Com o disco já pronto mas com o lançamento adiado pela gravadora — que ainda fatura em cima da boa aceitação do segundo elepê —, os Engenheiros do Hawaii capitalizam seu sucesso em shows de sul a norte do território nacional, enquanto o Nenhum de Nós promete, para a metade de novembro, a chegada de seu segundo disco às lojas. Vai se chamar "Cardume", e tem a participação de Borghettinho em uma das faixas. Tonho Meira, produtor da banda, afirma que o trabalho "está muito mais horizontal, muito melhor" em relação ao primeiro.

O DeFalla, por sua vez, também já gravou seu próximo disco. Prosseguindo na linha do primeiro, o trabalho traz desde ruídos de serra elétrica (do filme "Texas Chainsaw Massacre") até uma versão "funk" para o clássico "Revolution", dos Beatles. O elepê vem antecedido pela música "Como Vovó Já Dizia", de Raul Seixas incluída no repertório já em São Paulo (sede da gravadora) é vista como uma boa possibilidade para a banda destacar-se na programação das rádios. Decisão acertada: além de estar rodando direto em Porto Alegre, a "faixa de trabalho" está sendo muito bem aceita nas FMs 89 e 97, as mais alternativas da capital paulista.

A produção gaúcha para o final do ano, que começou com o lançamento recente do terceiro disco dos Garotos da Rua, conta ainda com os novos trabalhos do TNT e dos Replicantes. Os primeiros vêm com uma sonoridade semelhante à de seu primeiro elepê, calcada num rock 'n' roll básico. O disco se chama "Dois". "Papel de Mau" é o nome do terceiro trabalho dos Replicantes, e se mantém fiel à agressividade proposta nos dois primeiros, com muita distorção e violência explícita nas letras. As duas bandas têm públicos bem definidos, configurando-se num investimento comercial viável para a gravadora. O caminho, ainda que espinhoso, está aberto.

Antônio Meira



O DeFalla ataca com versões pesadas

BYE, BYE, BRASIL

Uma fuga em massa na busca de novos horizontes

"Estou cansada deste país". "Vamos lavar pratos o Canadá, plantar batatas na Austrália...". Quantas vezes você ouviu estas frases nesses últimos tempos? Este "blá, blá, blá" anda tão batido que já virou até diálogo para novela das oito. A realidade é que a onda do "Bye-bye Brasil", está se espalhando por aí e recolhendo cada vez mais adeptos, que não vêem a hora de pôr os pés em solos estrangeiros e mais promissores.

Nunca, em 500 anos de nossa história, foi registrada uma leva tão grande de pessoas querendo sair do país por vontade própria, para tentar a vida em outros lugares. A explicação para esta retirada, em linhas gerais, é simples: os brasileiros sentem-se acossados pela crise econômica, social e política que nos assola. Mesmo nos árduos tempos da ditadura militar, quando a direita nacional desafiava os descontentes com o regime político com adesivos que diziam "Brasil: Ame-o ou deixe-o", os brasileiros só emigravam à força, por terem a polícia no encalço, ou por terem sido retirados dos cárceres e banidos. Por que não sair de um país de regime tirânico? Ao lado da ditadura iniciava-se um período de grande expansão da economia, com o desenvolvimento do setor privado e o país crescendo a taxas médias de 10% ao ano. Hoje, a economia nacional está estagnada, crescendo a uma taxa média inferior a 4,5% desde 1980, com uma previsão otimista de que esta tendência não deverá ser alterada para melhor nos próximos cinco anos.

Segundo pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, 62% dos paulistanos gostariam de viver legalmente em outro país e 28% prefeririam ter nascido em outro lugar. Já o Ibope constatou que 39% dos porto-alegrenses com renda de Cz\$ 52.321,00 a Cz\$ 104.640,00, e 37% com renda maior do que Cz\$ 104.641,00 já pensaram em morar fora do país.

PREFERIDOS

Há quinze anos, os vários brasileiros exilados em Santiago do Chile receberam com tristeza a notícia de que eram aceitos em países como Canadá, pelo seu clima, e Austrália, pela distância. Mas a situação agora se inverteu, e atualmente esses dois países são dos mais procurados pelos que desejam emigrar.

O Canadá possui uma das melhores leis de imigração do mundo, com isso, cerca de 2 mil brasileiros entraram no país legalmente desde 1980. A grande vantagem é que o governo assegura moradia e curso de língua grátis. Mas há um sistema de seleção para os pretendentes, onde conta educação, nível de especialização, experiência, idade (de 21 a 44 anos), facilidade com o idioma, interesse em viver na região norte e nordeste do país, oferta de trabalho e uma entrevista pessoal, somando um total de 90 pontos. O candidato que obtiver pelo menos 70 pontos está apto a ir para o Canadá.

A embaixada da Austrália recebe diariamente cerca de cinquenta pedidos de visto de imigração, tendo mais facilidade de aceitação os candidatos jovens, solteiros, recém-formados, empresários, técnicos e engenheiros.

Outro país muito procurado é Portugal, devido ao desenvolvimento econômico, à língua e à dispensa de visto de turista, mas os interessados devem se apressar, pois a França, um dos lugares onde a imigração é mais difícil, pressiona o governo português para que sejam retiradas as vantagens concedidas aos brasileiros. Mas entre estes países, o campeão na preferência nacional ainda é os Estados Unidos, que no ano passado emitiu 1.416 vistos por mês, crescendo em 50% o número de vistos em relação a 1987. Para receber um visto de turista, o consulado americano exige uma situação econômica estável, vínculos trabalhistas, propriedade e família no Brasil. A condição para entrar como imigrante é que tenha parentes próximos nos Estados Unidos ou ser especializado em alguma área que esteja em falta no mercado

O ano é 1985. Um dia antes da morte de Tancredo Neves, Osmar Pedrollo Filho, com 21 anos na época, embarca em um navio de carga rumo à Polónia, escala para chegar ao seu destino: Inglaterra. Londres, para ser mais precisa. Osmar entrou no país com visto de turista, mas sua intenção era permanecer lá por um bom tempo, poder estudar e trabalhar. Ficou em Londres por dois anos, trabalhando em subempregos para se sustentar. Foi faxineiro em uma padaria, serviu café da manhã em um hotel, trabalhou como garçon e lavador de pratos. Com muitas atividades durante o dia, não conseguia estudar.

Inicialmente, seu visto era de seis meses, mas depois conseguiu mais dois, garantindo, assim, sua legalidade no país por mais cinco meses. O último visto de Osmar venceu no dia 14 de fevereiro de 1986, passando a viver depois na clandestinidade por mais de um ano, sempre com o medo de ser descoberto.

Segundo Osmar, viver este tipo de situação não é tão fácil como as pessoas pensam, mas para quem está interessado em



americano. Caso contrário é entrar na fila e esperar alguns anos para o visto ser emitido.

ILEGALIDADE

Só este ano foram detidos quatro grupos de brasileiros que pretendiam entrar de forma clandestina nos Estados Unidos. Três destes grupos estavam escondidos a bordo de navios cargueiros, e o quarto grupo pretendia cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos a pé.

Apesar do risco do insucesso, são usadas três formas de penetrar clandestinamente em outro país. O modo mais fácil é restrito a pessoas que sejam donas de um patrimônio razoável no Brasil, bastando pedir ao consulado do país um visto de turista e, quando o visto vencer, passar a viver na ilegalidade. A segunda forma, e mais arriscada, é viajar sem passaporte e ficar na obrigação de driblar a vigilância da fronteira ou os funcionários do serviço de imigração. O terceiro caminho para entrar ilegalmente num país é através de um passaporte falsificado.

As tentativas de entradas clandestinas cresceram, principalmente nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, que oferecem os melhores salários para atividades não qualificadas.

PASSAPORTES

Aqui em Porto Alegre, a Polícia Federal está emitindo cerca de 150 passaportes por dia, desde abril. Este número representa o triplo dos pedidos que atendia até o início do ano, chegando a faltar carteiras, devido ao grande movimento. Porém, o fato de tirar um passaporte não significa que a pessoa vá sair do país.

Segundo o chefe de serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira, delegado Olímpio José Lima Diniz, o maior número de pedidos é de descendentes de italianos, que estão recebendo bolsas de estudos na Itália.

não foram suficientes para pagar as despesas que teve para montar o seu bar com mais dois sócios, na rua Silva Jardim, 16.

Mas enquanto uns se adaptam com a volta, outros se preparam para o "Bye-bye Brasil". Ana Motta, esposa do dono da loja Rosa dos Ventos Body Board Shop, na rua 24 de Outubro, explica o curioso convite para uma festa que aconteceu em Porto Alegre há mais ou menos um mês. Um amigo seu, da publicidade da PUC, cansado das dificuldades de viver no Brasil, resolveu organizar uma festa para arrecadar dinheiro para pagar a sua viagem. A Rosa dos Ventos, excepcionalmente, emprestou a mídia que a loja tinha na Rádio Ipanema e promoveu a festa. O dinheiro obtido com a realização da festa não foi o suficiente, mas o amigo de Ana, mais conhecido como Carloca, está disposto a fazer as malas e embarcar para a Europa de qualquer maneira, organizando rifas e vendendo seus pertences para arrecadar o que falta para a sua viagem.



ganhar dinheiro, ele garante que consegue, principalmente em trabalhos de mão-de-obra não qualificada, muito difícil de se conseguir em países mais desenvolvidos.

Mas Osmar deixou o Brasil em um momento histórico bem diferente do que vivemos agora. Era um tempo de esperança para o povo brasileiro, que depositava toda a confiança no novo presidente do Brasil. Osmar não saiu do país por razões econômicas, o principal motivo que tem levado centenas de brasileiros para outros lugares, depois do fracassado plano cruzado.

De poucos dólares que Osmar trouxe

Denise Novelli Martins



O mundo ao alcance do estudante

Viajar pelo mundo em busca de conhecimento e cultura através de programas de estudos ou projetos de pesquisas patrocinados por agências internacionais é algo que está ao alcance de todo o estudante brasileiro. Quem comprova isso é o estudante de administração, letras e história, Patrick Petiot, de Nova Friburgo, RJ, que com apenas 20 anos já andou na União Soviética, na Bélgica, França, Alemanha, Marrocos, Estados Unidos, Canadá e Holanda, onde desenvolveu diversas atividades com o apoio de instituições particulares.

Tudo começou, quando em 1982 escreveu uma carta para uma revista solicitando informações sobre cursos de iniciação científica organizados pelo Palácio da Descoberta, em Paris. Nesta carta, sugeriu que lhe concedessem uma bolsa de estudos. Seu pedido foi considerado e algum tempo depois foi informado que tinha recebido uma bolsa no valor de 650 dólares para um estágio de iniciação à astronomia e fotografia em Anduze, no Sul da França.

Foi aí, durante o estágio, que Patrick ficou sabendo que a organização francesa Guilde Européenne du Raid e mais 40 entidades semelhantes financiavam projetos apresentados por jovens do Terceiro Mundo. Redigiu então um projeto que consistia em um circuito ciclístico na França, Alemanha, Bélgica e Holanda. O projeto foi aprovado e teve o apoio de várias instituições, podendo ele viajar de bicicleta por todos esses países, em 1983. Percorrendo o circuito, hospedou-se nos albergues da juventude, onde conheceu jovens de várias partes do mundo, que lhe deram dicas de como fazer cursos e estágios em países estrangeiros com bolsas de estudo.

Foi nesse tempo, que Patrick começou estudar esperanto por correspondência e conheceu uma organização chamada Pasporta Servo, que oferece hospedagem gratuita no mundo inteiro. Em contato com a Norwich Esperanto Jubilee Foundation, ganhou uma viagem à União Soviética. Durante essas viagens, elaborou um estudo de 50 páginas sobre um código visual universal para sinalização de serviços de saúde. Esse estudo foi premiado por oito organizações internacionais, que lhe patrocinaram viagens aos Estados Unidos, Canadá, Marrocos e vários países da Europa, para obter documentação sobre semiologia sanitária e fotografar placas informativas de hospitais, clínicas, farmácias e outros serviços de saúde. Esse trabalho, do qual constavam mais de 800 fotografias, foi utilizado para uma tese de doutorado, em 1985.

Deixando de lado o sucesso de seu trabalho na área de semiologia, Patrick se lançou a fazer um estudo comparativo sobre a maneira como a Guerra do Paraguai é abordada nos livros didáticos brasileiros, argentinos, uruguaios, britânicos, americanos e paraguaios. Foi premiado, em 1986, com o Prix Scientifique Philips pour les Jeunes, no valor de 1.600 dólares. Com esse dinheiro, viajou para vários países da Europa e na Alemanha frequentou um seminário sobre a situação das minorias raciais na Europa, patrocinado pela organização Sonnenberg. Como recebeu um reembolso parcial de suas despesas, lhe sobrou algum dinheiro para investir em outros trabalhos e pesquisas, na busca de novas oportunidades.

Patrick é filho de franceses, nasceu no Brasil e mora em Nova Friburgo, RJ. Segundo disse à Fundação Mudes, que o entrevistou sobre esse assunto, publicado em Perspectiva Universitária, n.º 223, de fevereiro, 88, sua dupla cidadania não influenciou nas concessões das bolsas recebidas. Nunca precisou apresentar provas de nacionalidade francesa e sempre viajou com passaporte brasileiro. Admite, porém, que sua condição de franco-brasileiro o ajudou durante o desenvolvimento dos projetos, no que diz respeito a vantagens reservadas a cidadãos de países do Mercado Comum Europeu, como também a cidadãos de países do Terceiro Mundo.

Aqui no Brasil, Patrick nunca conseguiu uma bolsa. Seus projetos aprovados e apoiados no exterior foram rejeitados por aqui. As instituições públicas brasileiras que apoiam essa atividade, como o CNPq e a CAPES, exigem o parecer de um professor orientador, o que não acontece com este tipo de projetos extracurriculares. Em outros países, especialmente na Europa, as grandes empresas privadas investem neste tipo de projetos de pesquisa, desenvolvidos em qualquer país do mundo, inclusive no Brasil. Como exemplos, podem ser citados casos de estudantes que receberam apoio para viajar de canoa pelos rios da Amazônia e outros para ir de Porto Alegre a Natal de patins.

Quanto à influência de um "pistolão" ou de um bom "Q1" (quem indica), Patrick considera isso sem importância na concessão da bolsa, pois nestas organizações internacionais há uma seriedade muito grande pelo valor do projeto e a necessidade do candidato para executá-lo. No regulamento da Bolsa de Vocações, a mais alta concedida a um projeto extracurricular, consta que "qualquer intervenção externa" elimina o candidato.

Aos estudantes brasileiros interessados neste assunto de projetos e bolsas de estudos e pesquisas no exterior, Patrick tem algumas dicas, a partir de suas experiências. Aconselha que preparem desde logo seus projetos, de preferência mais de um, para estarem prontos para diversos tipos de concurso, escrevendo diretamente para as organizações. É melhor do que consultar embaixadas, consulados, cursos de línguas e agências de turismo. Ele acha que o melhor meio de se obter informações sobre bolsas é corresponder-se com estudantes no exterior e ler revistas estudantis estrangeiras. Além disso, existem outras oportunidades, como os campos de trabalho internacionais, onde é possível trabalhar-se em projetos de arqueologia, atividades sociais, etc. Na edição n.º 225, de abril de 1988, do jornal Perspectiva Universitária, na página 2, estão relacionadas todas as instituições que apoiaram Patrick em seus projetos, com seus respectivos endereços.

Nilo Lutero Figur

MVC/PVC e Cumeno/fenol/acetona

Primeira fase pode estar concluída em três anos

A implantação destas duas unidades obteve a aprovação do governo

A primeira etapa do III Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, que compreende indústrias de primeira e segunda geração, poderá estar brevemente concluída. Para isto, era necessário apenas a autorização do CDI — Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, para que as plantas de MVC/PVC e Cumeno/fenol/acetona sejam instaladas no estado, o que aconteceu dia 26 de outubro.

O MVC, sigla para monoclóreto de vinila, serve como matéria-prima para a produção de PVC, policloreto de vinila. O PVC é utilizado nas indústrias de terceira geração, ou de transformação como também são chamadas, para a fabricação de tubos, canos, esquadrias, solados de sapatos e outros. Atualmente, o estado consome PVC produzido em São Paulo ou Alagoas, no entanto, estas duas unidades já estão apresentando certa carência para suprir o mercado, tornando-se indispensável a instalação de mais uma planta de MVC/PVC no país.

Segundo o economista Maier Avruch, assessor da Secretaria de Planejamento do estado, a opção pelo Rio Grande do Sul justifica-se na medida em que as principais indústrias de transformação de PVC concentram-se nos estados do sul. No entanto, há um outro aspecto a ser considerado que pode representar um obstáculo à implantação da unidade de PVC/MVC no estado. O cloro, que junto com o eteno são as principais matérias-primas para a produção de PVC, não é produzido no Rio Grande do Sul. O fornecimento de cloro, conforme o projeto, seria feito pela indústrias Salgema, de Alagoas. Mas o cloro, por ser um elemento tóxico e corrosivo, não pode ser transportado em sua forma pura, devendo ser feito na forma de Dicloetano, uma mistura de cloro e eteno. Assim, parte do eteno necessário para a produção de PVC também virá de Alagoas, sendo a outra parte produzida na própria central de matérias-primas do III Pólo Petroquímico.

"Alagoas também está reivindicando esta planta, pela possibilidade de utilizar eteno proveniente do Pólo de Camaçari, na Bahia, já que não o produz em quantidade suficiente. Mas se a unidade de MVC/PVC for implantada lá, existiria o ônus representado pelo custo de transporte do produto acabado, uma vez que os estados do sul são os principais consumidores do produto", rebate Maier Avruch.

CUSTOS E BENEFÍCIOS

O ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, em recente visita ao estado disse apenas que a implantação destas duas unidades é de interesse da iniciativa privada, manifestando assim a política tomada pelo governo em relação ao assunto. Esta posição deve-se, principalmente, ao fato de que o poder público não dispõe de recursos para investir nesta área.

O custo de implantação da unidade de MVC/PVC está estimado em 180 milhões de dólares e, atualmente, há três principais interessados, que são: o grupo Isdra (Isdralit), Votorantim e Brasilit. Existe também a possibilidade de formação de um pool de indústrias para a execução desta planta.

A unidade de MVC/PVC deverá ter, ao final de sua implantação, uma capacidade de produção de 180 mil toneladas de MVC/PVC por ano. Isto, além de gerar cerca de 300 empregos diretos e de 700 a 800 indiretos (somente no Rio Grande do Sul), aumentar a arrecadação de ICM e

multiplicar a produção industrial do estado, favorecerá, no futuro, a instalação de uma planta de cloro/sódio no III Pólo Petroquímico.

"O crescimento do mercado consumidor de PVC nos estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) justificará e, até mesmo, exigirá a produção de cloro na região. O projeto prevê a obtenção de cloro e sódio através do processo de eletrólise do sal, que será importado. Estes dois elementos serão utilizados não só na produção de PVC, mas também nas plantas de fibras e para a produção de clorados e detergentes em geral", completa Maier Avruch.

RIO GRANDE X RIO

A outra unidade de segunda geração que também tem perspectivas de ser instalada no III Pólo Petroquímico é a planta de cumeno/fenol/acetona. Esta unidade é a que tem gerado maior polêmica, pois está sendo motivo de uma dupla disputa. A primeira é quanto ao local em que será implantada, se no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul ou no do Rio de Janeiro. A outra disputa é entre as empresas interessadas no projeto, que são a Ipiranga e a Rhódia.

Nesta briga, o Rio Grande do Sul parece estar levando certa vantagem. As matérias-primas básicas para a produção de cumeno, fenol e acetona, que são o benzeno e o propeno, já são produzidas pela central de matérias-primas do III Pólo Petroquímico. Assim, se esta planta for instalada aqui no estado, poderá começar a produzir logo esteja pronta. No Rio de Janeiro não está comprovada a existência destas matérias-primas e além disso, haveria necessidade de investimentos adicionais para o tratamento dos efluentes, da central de utilidades e a construção das próprias instalações do IV Pólo Petroquímico.

O fenol, nas indústrias de terceira geração, é destinado à produção de nylon, vidro, plásticos, resinas e fibras têxteis. A cetona é utilizada na fabricação de tintas e vernizes. Atualmente, estes produtos vêm diretamente de São Paulo para as indústrias consumidoras. A instalação desta planta no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, traria para o estado basicamente os mesmos benefícios da unidade de MVC/PVC.

Dispostas a investir os 120 milhões de dólares necessários para a execução deste projeto estão a Ipiranga e a Rhódia. Nesta outra disputa, a Empresa de Petróleo Ipiranga é a que tem maiores possibilidades de vencer. "A Rhódia provavelmente não ganhará, porque já possui a planta de fenol/acetona em São Paulo e o governo quer evitar o monopólio no país. Por isto, a escolha deve recair sobre o projeto da Ipiranga", afirma o economista Maier Avruch.

O prazo para a implantação dessas duas unidades, MVC/PVC e cumeno/fenol/acetona, é de três anos, podendo ser realizadas de forma simultânea. Com a instalação destas plantas, a primeira fase do III Pólo Petroquímico será concluída, permitindo que se inicie a instalação das indústrias de terceira geração. Estas indústrias representam um aumento substancial na arrecadação do estado e na oferta de empregos, já que o produto petroquímico sairá do Rio Grande do Sul já transformado, ou seja, na forma de produtos finais.

Pedro Flores



As duas plantas concluem a primeira fase

Indústria Petroquímica, sucessão de fase e produto

A indústria petroquímica é definida, em função de suas matérias-primas, como a indústria química orgânica sintética que obtém seus produtos a partir das frações de petróleo e gás natural. Ela teve origem com a necessidade de substituição de produtos ditos naturais (não sintéticos) utilizados na fabricação de bens de consumo, em geral ocasionada por motivos de custos e/ou escassez.

Por outro lado, sua evolução está diretamente relacionada à introdução de novos produtos capazes de suprir as necessidades já existentes e da possibilidade de criar novos usos para o que já é produzido. A petroquímica é muito ampla, abrangendo os diversos processos e fases que vão desde as matérias-primas até as indústrias de transformação. Estas últimas são as responsáveis pela fabricação dos bens de consumo final que estão presentes em nosso dia-a-dia, tais como: peças de automóveis, eletrodomésticos, canos, detergentes, embalagens plásticas, brinquedos, produtos de beleza, etc.

Dentre as frações de petróleo, tem-se o gás de refinaria e as frações líquidas. As frações líquidas são as naftas que podem ser transformadas em gasolina ou usadas como matéria-prima das indústrias petroquímicas. Para esta última finalidade também podem ser utilizados o gasóleo ou o gás natural. Por suas características, a escolha de uma ou outra matéria-prima ou mesmo de uma combinação destas a ser adotada em cada país, varia em função de uma série de variedades técnicas, geológicas, econômicas e de mercado que, em conjunto determinam a melhor solução. No caso do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, a matéria-prima utilizada é a nafta.

A indústria petroquímica divide-se em três principais etapas de produção: a de produtos básicos, a de produtos intermediários e a de produtos finais, ou como são mais conhecidas, primeira, segunda e terceira gerações respectivamente. A chamada primeira geração inicia quando a central de matérias-primas do pólo recebe a nafta proveniente das refinarias Alberto Pasqualini, em Canoas, Duque de Caxias, no Rio de Janeiro e Araucária, no Paraná. Na central, através do processo de craqueamento, separação das moléculas por processos químicos, a nafta é transformada em eteno, propeno, butadieno, benzeno, tolueno e xilenos, que servem como matéria-prima para as indústrias de segunda geração. Além destes, a central produz ainda gasolina e pirólise e GLP (Gás Líquido de Petróleo) que são devolvidos à REFAP.

Da central de matérias-primas, estes elementos são vendidos para as chamadas indústrias de segunda geração. Atualmente existem cinco indústrias de segunda geração em atividades no III Pólo Petroquímico. A Poliolefinas e a Petroquímica Triunfo que produzem a partir do eteno, polietileno de baixa densidade; a Polisul, que utiliza eteno para fazer polietileno de alta densidade; a PPH que utiliza o propeno na produção de polipropileno e a Petroflex que compra benzeno, butadieno e eteno para produzir etil benzeno e SBR, que é um componente utilizado pela indústria de borracha, pneus e outros do ge-

nero.

A etapa seguinte é a chamada terceira geração. Os produtos das indústrias de segunda geração são então comprados por outras empresas, atualmente instaladas fora do complexo do pólo petroquímico, e utilizadas na fabricação dos produtos finais. O polietileno de baixa densidade, por exemplo, é utilizado para fazer sacos em geral, embalagens plásticas, lonas para agricultura e brinquedos. O polietileno de alta densidade serve para a fabricação de caixas, engradados, bambonas, tarros para leite, etc. O polipropileno é usado na indústria de eletrodomésticos, tapetes e forrações, seringas descartáveis, tecidos e outras. O etil benzeno serve para a produção de estireno e poliestireno e o SBR para fabricar pneus, câmeras, botas, solados e outros.

Existem ainda três novas plantas de indústrias de segunda geração em instalação no pólo. A Estireno do Sul, que utilizará etilbenzeno fornecido pela Petroflex para a produção de estireno, necessário na fabricação de resina, poliéster e borrachas sintéticas. A Nitriflex que fará EPDM, a partir do eteno e propeno e que serve para fabricar borrachas de pneus, óleos lubrificantes, cabos elétricos e roupas de mergulho. E, ainda, a Oxiteno que utilizando propeno e corrente C4, fornecida pela central de matérias-primas (Copesul), para fazer metil-etil-cetona, utilizado em tintas e solventes.

A geração de produtos finais ou terceira geração, é em geral dividida em cinco segmentos básicos, classificados de acordo com o produto e o mercado atingido. Estes são: os fertilizantes, os plásticos e resinas, as fibras, os elastômeros e os detergentes.

Além destes cinco principais segmentos, existem outros menores e mais específicos que constituem a química fina. No entanto, a química fina possui muitas especificidades e também utiliza matérias-primas de outras origens, por isso não é considerada apenas como mais um segmento da indústria petroquímica, mas caracteriza-se como uma outra indústria.

A química fina, com seus produtos de altas margens de rentabilidade e que atendem mercados muito específicos, representa o principal canal de expansão das empresas petroquímicas. O conceito de química fina se contrapõe ao de "commodity", ou seja, um determinado produto ao ser lançado pode ser considerado uma especialidade, atendendo pequenos mercados. Com sua difusão tecnológica e mercadológica e comprovada sua viabilidade, este elemento pode transformar-se em "commodity", ou melhor, algo que não é mais tão específico ou especial. No entanto, bem todos os produtos da química fina chegam a passar à esta situação. Isto justifica que entre seus principais mercados estejam a indústria farmacêutica humana e veterinária, defensivos agrícolas, corantes e aditivos, já que estas trabalham com produtos que atuam diretamente sobre organismos vivos passíveis de desenvolverem resistências que eliminam o produto ainda no estágio de especialidade.

Márcia Aloisio Avruch

Fenol/acetona pode ficar com a Ipiranga

"Já faz algum tempo que a Empresa de Petróleo Ipiranga adotou uma filosofia de priorizar os investimentos na área petroquímica, em especial aqueles voltados ao III Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul", esta afirmação é do diretor presidente da Ipiranga, Sérgio Silveira Saraiva. Ele explica que entre as plantas que ainda estavam em aberto, havia a possibilidade de escolher entre a de MVC/PVC e a de cumeno/fenol/acetona. A Ipiranga realizou então um minucioso estudo técnico destas duas unidades e, considerando as possibilidades de retorno e rendimentos, decidiu investir na segunda. "Além disso, a planta de cumeno/fenol/acetona é mais interessante porque oferece maiores condições para o desenvolvimento de novos projetos. Ela não fica limitada somente à produção de fenol e acetona", afirma Saraiva.

completa Sérgio Saraiva.

Quanto à disputa com a Rhódia, o diretor presidente da Ipiranga afirma que o governo não encara com simpatia o fato desta ser, atualmente, a detentora do monopólio de fenol/acetona no país. Ele também não descarta a hipótese de uma associação entre as duas empresas e diz que tudo depende da decisão do governo. "Talvez o governo pudesse admitir uma participação minoritária da Rhódia e neste caso nós não teríamos qualquer oposição. A Rhódia é um grupo respeitado e detentor de tecnologia", declara. Mas Sérgio Saraiva nega que já tenha sido feito qualquer contato neste sentido.

Segundo suas estimativas, a capacidade de produção desta unidade seria de 112 mil toneladas de cumeno ao ano.

com o intuito de assegurar a capacidade nominal de produção 80 mil toneladas/ano de fenol e 49 mil de acetona. Quanto à comercialização, Saraiva ressalta que os preços fixados pelo Conselho Interministerial de Preços — CIP, para estes elementos estão muito aquém dos cobrados no mercado internacional. Segundo suas informações, o fenol estaria custando 592 dólares por tonelada no mercado nacional e 924 no internacional. Já a acetona estaria com seus preços em 508 dólares por tonelada no Brasil e 594 no exterior.

Além da comercialização destes produtos, a Ipiranga executaria também outros projetos como a produção de resinas fenólicas, lâminas, ligantes, fundição e outros. Tudo isto visando abastecer o mercado interno e, principalmente, as exportações.

ESPORTES

Automobilismo gaúcho da mostra de sua força



Dólares de viagem atraem falsos turistas ao Prata

A atual crise econômica vivida pelo país tem produzido um sentimento geral de desesperança. De repente o Brasil passou a ser visto como o último país do mundo em que se desejaria morar e viver. Existe um sentimento de que a melhor saída para a crise é o aeroporto mais próximo.

Tudo isto tem reflexos no turismo. Pois, queira-se ou não, este êxodo de brasileiros para o exterior traz algum retorno para o mercado turístico brasileiro. São passagens, hospedagens, pacotes turísticos que movimentam sem parar as agências de turismo do país.

Um exemplo que dá bem uma idéia dos dias agitados que estão vivendo as agências de turismo é a questão dos dólares para viagem. Aproveitando-se da possibilidade de adquirir 500 dólares a cada viagem internacional e da alta cotação desta moeda no mercado paralelo, muitos estavam fazendo viagens à Montevideu ou Buenos Aires apenas para trocar os dólares, pagar todas as despesas da viagem e ainda ficar com um troco considerável no bolso.

DOLEIROS

Graças a esta prática, os vôos para as capitais do Prata estão lotados até o final de outubro. "O turismo para os países do Prata está bem", declara Maitê Provezano, agente de viagem da Provezano Turismo. "O problema é que os doleiros estão tomando o lugar de quem vai viajar normalmente".

Esta prática aumentou muito à partir do mês de agosto. E isto se podia constatar pelas intermináveis filas de pessoas que pretendiam tirar um passaporte.

Viajar para o exterior, adquirir dólares e vendê-los por si só não caracteriza um ato ilegal. É ilegal, isto sim, a venda destes dólares no mercado negro. É por isso que a Polícia Federal tomou providências para sustar este comércio entre doleiros e turistas.

O resultado das medidas se refletiu imediatamente. Começaram a ser cancelados vôos e as filas para retirada de passaporte sofreram sensíveis reduções. Segundo a Polícia Federal, as medidas visam um efeito imediato e são provisórias, até a definição de uma política mais apropriada para a questão. Mas, enquanto isto, os doleiros já vão pensando em um jeitinho para burlar as novas normas. Pois, como dizem nossos irmãos platinos "hace la lei, hace la trampa".

Segundo José Carlos Brendel, diretor da Barravento Turismo, a ação da Polícia Federal é necessária para sanear o mercado turístico. Apenas alerta para o que considera "abusos contra liberdade das pessoas de viajarem para onde quiserem. As providências deviam ser tomadas, mas não podemos assustar os turistas verdadeiros que pretendem visitar o Prata".

EXTERIOR

Nesta época acontecem muitas excursões para o exterior e o fluxo aumentou muito no mês de agosto, segundo dados de Maitê Provezano. "Sempre se viajou muito para fora do Brasil nesta época. As pessoas se organizam com mais antecedência", explica. "É uma estação ótima para se viajar para fora do Brasil".

Mas enquanto o turismo externo vai bem neste período, o mesmo não pode ser dito do turismo doméstico. "Também, não é pra menos", indigna-se José Carlos Brendel. "Para se ter uma idéia das dificuldades de se viajar dentro do Brasil, basta fazer uma comparação de preços. Por exemplo, uma passagem para Natal está apenas 30 mil cruzados mais barata do que uma passagem para Miami. Então, com uma diferença tão pequena no preço das passagens, fica claro porque muitos preferem viajar para fora do país", explica José Carlos. Estranha situação esta vivida pelo turismo no Brasil. Os desastros da nossa economia acabaram por criar dois novos tipos de turistas. Primeiro apareceu o turista internacional de ocasião, que prefere viajar ao exterior ao invés de percorrer o país, graças as condições de mercado. Depois apareceu o turista fantasmas, para quem o que menos importa é a viagem, mas os dólares no bolso.

□ A prática de viajar para os países do Prata em busca dos dólares é muito comum aos gaúchos por uma simples razão: a distância. Somente a proximidade da fronteira permite que se façam estas viagens caça-niqueis em no máximo 48 horas. O estratagem era bastante simples. Por 28.120 cruzados comprava-se uma passagem das Aerolíneas Argentinas para Paso de Los Libres. De posse do bilhete o viajante tinha o direito de comprar 500 dólares no câmbio oficial. Gastava-se 146.200 cruzados

nesta compra, que no mesmo dia podia ser revendida no mercado paralelo por 208.000 cruzados. O saldo é de 61.800 cruzados. Depois era só viajar para Paso de Los Libres, passar uma noite por lá e retornar de ônibus para o Brasil. O saldo final era de 30 mil cruzados, aproximadamente já descontado o custo da passagem de ônibus da volta. A transação poderia ser repetida no prazo de seis meses, quando se teria novamente o direito de comprar dólares para viajar.

Jorge Ghiorzi

O automobilismo brasileiro vive um de seus melhores momentos. O tricampeonato de Nelson Piquet, obtido no ano passado e as boas chances de Ayrton Senna nesta temporada, atestam a capacidade e bom desempenho dos pilotos brasileiros no exterior. A estréia de Maurício Gugelmin no Campeonato Mundial de Fórmula Um, também é uma grata surpresa. Mesmo numa equipe de poucos recursos, faz uma boa campanha. Os brasileiros participam também da milionária Fórmula Indy, representados pelo ex-bicampeão Emerson Fittipaldi.

Toda esta movimentação e divulgação dos feitos de nossos pilotos lá fora tem repercutido aqui. Mais e mais público tem comparecido aos autódromos. Em São Paulo e no Rio de Janeiro existem escolas que ensinam a pilotar.

A onda de renascimento do automobilismo nacional atinge também o nosso estado. Até não poderia ser diferente, temos um retrospecto positivo no esporte. Nosso gosto pelo automobilismo é forte e antigo, grande parte devido à influência dos vizinhos argentinos.

O Rio Grande do Sul possui também dois autódromos particulares. Outros grandes centros como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo dispõem de um autódromo municipal.

O esporte também merece bastante atenção dos veículos de comunicação. Os jornais gaúchos são os poucos dentro do país, que dedicam espaço diário ao automobilismo. Programas semanais no rádio e televisão sobre o esporte, constituem já uma certa tradição na nossa imprensa.

Após alguns anos experimentando uma fase de máramo, que atingiu o esporte a níveis nacionais e mundial, o automobilismo gaúcho permite até a criação de um jornal especializado e uma empresa exclusiva na organização do esporte.

AUTÓDROMOS PARTICULARES

A entidade que fiscaliza e normaliza o esporte no estado é a Federação Gaúcha de Automobilismo. É ligada à Confederação Brasileira de Automobilismo.

A grande força porém, está nos clubes e associações. Dois deles são proprietários e administradores dos autódromos gaúchos.

O Autódromo Internacional de Guaporé, distante 200 quilômetros de Porto Alegre, pertence à Associação Guaporense de Automobilismo. As várias curvas fechadas o classificam como um circuito de baixa velocidade. Sua extensão é de 3.080 metros com 12 metros de largura. A reta é de 480 metros. A capacidade é de 50 mil pessoas. Registrou seu maior público em outubro de 1984 nas 12 Horas de Guaporé: 22 mil pagantes.

Possui uma boa infraestrutura, que oferece 40 boxes, vestiários além de bares e restaurante. Está classificado entre os três melhores do Brasil.

Na cidade de Viamão, a apenas 30 quilômetros da capital está o Autódromo Internacional de Tarumã. Pertence ao Automóvel Clube do Rio Grande do Sul. A pista asfaltada, que já passou por algumas reformas, foi inaugurada em outubro de 1970. O circuito tem 3.016 metros de extensão, 15 metros de largura e uma reta de 320 metros. Dívidas e questões trabalhistas quase levaram o autódromo a leilão. Hoje, conta com ambulância própria e 42 boxes para as equipes. A reforma das instalações prevê ainda vestiários com água quente e a remodelação do ambulatório.

Os aficionados do esporte julgam que Tarumã padece de falta de segurança nas pistas e na proteção ao público. Para sanar esta última as telas de segurança estão sendo trocadas.

As dependências do autódromo contam ainda com bares e uma pista para karts. Tarumã tem capacidade para 40 mil espectadores. O Racing Day em agosto passado registrou o seu maior público: 18 mil pagantes.

Entre as diversas competições que se realizam nos autódromos gaúchos, nesta temporada destacam-se o Campeonato Gaúcho de Turismo, o de Opalas, o de Fuscas e o regional de Fórmula Ford.

No Campeonato Gaúcho de Turismo participam automóveis da Volkswagen, da Ford, da Fiat e da General Motors. São

provas com uma duração média de três horas e percurso de 500 quilômetros. Há uma parada para reabastecimento e troca de pilotos. Este ano é a quarta temporada da categoria onde correm nomes como Leonel Friedrich, Luiz Alberto de Castro, Antônio Miguel Fornari, César Pegoraro, Victor Steyer, Renato Connil, Egon Hejzfeldt e Cristina Rosito.

Um detalhe que faz a paridade da competição é o fato da regulamentação técnica não permitir a adição de componentes especiais, a não ser os originais da fábrica.

O Campeonato Gaúcho Firehawk de Opala tem dois anos de existência. O grande número de participantes e o bonito visual dos carros propiciam um bom espetáculo. As provas são realizadas na forma de baterias curtas de vinte voltas. Nesta temporada destacam-se até o momento, os pilotos Gentil Sonaglio, Paulo Eduardo de Souza e Darcy Belinni.

Uma categoria nova, o Campeonato Gaúcho de Fuscas apresenta ainda poucos participantes. São carros com motor standard, sem qualquer tipo de preparo, somente uma perfeita regulagem. Pelo baixo custo dos automóveis, os organizadores esperam um maior número de adeptos, para oficializarem a categoria.

Recente também é o Campeonato Gaúcho de Fórmula Ford, com o mesmo regulamento técnico do Campeonato Brasileiro. A diferença está no uso de pneus radiais ao invés dos pneus "slicks", lisos. É um campeonato que promete pela sua excelente premiação.

Empresa especializada

O "boom" que o automobilismo gaúcho atravessa, possibilitou até o surgimento de uma empresa especializada na promoção do esporte. É o caso da Pole Promotions, misto de agência de propaganda e produtora de eventos automobilísticos.

Um dos proprietários, o gaúcho Júlio Feijó, está no esporte há oito anos. Foi de sinalizador de pista à direção de provas. Seu sócio é o paulista Alan Magalhães, radicado no estado há três anos. Magalhães é oriundo do departamento de competições da Ford com larga vivência no esporte.

A empresa trabalha com verbas de empresas interessadas em promover o automobilismo, como a Ford, um de seus patrocinadores âncora. Faz também a organização e venda dos espaços publicitários das competições realizadas em Guaporé a Tarumã.

O entusiasmo de Feijó e Magalhães se justifica com o resultado de sua maior promoção, o Racing Day — Dia de Corridas — realizado a 21 de agosto. Foi um dia inteiro de competições de diversas categorias, cuja maior atração foi a Sétima Etapa do Campeonato Brasileiro de Fórmula Ford. Um domingo de forte sol somado à ampla divulgação, levou mais de 18 mil pessoas ao autódromo de Tarumã. Foi impossível desconhecer a existência do Racing Day. Emissoras de tevê chamavam pelo evento com insistência, as estações de FM anunciavam a prova e os jornais abriram grandes espaços.

O grande número de largadas agradou ao público. "Fizemos uma pesquisa na porta do autódromo para descobrir do que o torcedor mais gosta nas corridas e constatamos que as largadas estão em primeiro lugar", afirma Alan.

Alan Magalhães considera que o perfil do torcedor gaúcho é diferente. "Automobilismo no Rio Grande do Sul é uma opção de lazer para a família por todo um dia. As pessoas trazem churrasqueiras, brinquedos para as crianças e tem espaço para se locomover no autódromo", conclui ele.

Até o final do ano serão promovidos mais cinco Racing Days, com a maior atração prevista, para novembro em Tarumã. É a disputa de mais uma etapa do Campeonato Sul Americano de Fórmula Três.

Eventos como o Racing Day mostram que o esporte é um negócio rentável, se administrado com profissionalismo.

A vez das mulheres

Nem só os homens brilham no automobilismo gaúcho. Cristina Rosito é uma prova de que as mulheres também tem vez no esporte. Com 21 anos, ela participa atualmente do Campeonato Gaúcho de Turismo e do Campeonato Gaúcho de Fórmula Ford.

Cristina Rosito iniciou sua carreira em 1981, aos 14 anos correndo de kart. Nesta categoria, foi três vezes campeã cidadã, obteve três campeonatos brasileiros e um vice além de ter participado de provas pan-americanas e mundiais. A seguir passou a correr pela Fiat, disputando o Brasileiro de Turismo, parando após desentendimento com a montadora. Em 1984, retor-

nou ao kart, disputando um campeonato no Uruguai. No ano de 1985, Cristina Rosito estréou no Fórmula Ford, competindo no campeonato nacional. Não concluiu a temporada por falta de patrocínio. No ano passado, disputou o regional de Turismo.

Este ano ela voltou à Fórmula Ford. "Tenho o carro e todo equipamento. Como ainda não consegui vender, é melhor usá-lo", diz Cristina Rosito.

O automobilismo não é tudo na vida da jovem piloto, que cursa o terceiro semestre de Arquitetura, na Faculdade Ritter dos Reis. Costuma jogar squash para manter o preparo físico. "No piscinotempo que sobra, prefiro ficar em casa ou ir

para a praia", afirma Cristina.

A respeito de sofrer algum tipo de discriminação, pelo fato de ser mulher, Cristina disse: "No início é claro que sim. Agora estou totalmente entrosada e todos me respeitam".

Como todo brasileiro que deseja progredir no automobilismo, Cristina Rosito pensou em morar na Europa para disputar um campeonato de Fórmula Três. O projeto esbarrou na falta de patrocínio. "Se já está difícil de encontrar patrocinadores para competir aqui, muito mais para conseguir se estabelecer e correr lá fora", conclui com uma ponta de desânimo a jovem campeã gaúcha: "Se eu não conseguir, vou para a Europa".

Julio Lima

Separar o Estado é impossível. Autonomia passa a ser solução

Separar o Rio Grande do Sul do Brasil, tornando-o um Estado independente e livre. Embora passados mais de 150 anos da Revolução Farroupilha, que pleiteou a independência do Rio Grande, este continua sendo o sonho de grande parte dos gaúchos. A cada festival de música nativa que acontece, não só o pala e a bombacha tomam o lugar da roupa comportada. Também o espírito farroupilha volta a rondar cada fogueira de chão, onde entre um mate e outro, troca-se dois dedos de prosa a respeito da formação da República do Piratini.

"O separatismo não está apenas na moda — está no sangue do gaúcho (...) Está na hora de sermos mais a favor de nós mesmos e reerguermos a bandeira da República Rio-grandense, independente e soberana" escreveu o fotógrafo gaúcho Leonid Streliaev na edição de 3 de fevereiro deste ano na revista *Veja*. Streliaev, filho de imigrantes russos, é o exemplo de que o ar de separação ainda persiste forte e duradouro no tempo atual.

Mas, separar o Rio Grande do Sul do Brasil (ou qualquer estado da União) não é só amarrar o lenço vermelho no pescoço e, de lança em punho, desafiar os que se opõem à idéia. É preciso bem mais que uma arma e força de vontade para desafiar uma centralização que não pensa, em momento algum, perder um pouco de seu poder.

AUTONOMIA

Se o desmembramento é algo além das possibilidades, existe o que pode ser feito e que está na medida das forças: buscar a autonomia do Rio Grande do Sul. O Brasil, como uma república federativa, pressupõe uma agregação de partes que devem gozar de autonomia, obedecendo, somente, a uma diretriz central. Na prática, entretanto, o que se vê é um governo tratando a nação como se ela, de fato, fosse um estado único, considerando iguais as realidades físicas e sociais do Acre e do Rio de Janeiro, por exemplo.

Se a idéia de separar o Rio Grande do Sul não é nova, a tendência de torná-lo autônomo também já vem de longo tempo. Em 1881, por exemplo, por iniciativa de Gaspar Silveira Martins, o Brasil reformulou o sistema eleitoral. A pressão de Martins sobre o governo federal visou, então, dar vantagens ao Rio Grande do Sul na formação de sua bancada federal. Naquela época, a lei eleitoral não permitia o voto e a eleição de estrangeiros e não católicos. Com o comando de Gaspar Martins, a legislação foi alterada, permitindo que os estrangeiros naturalizados e os

não católicos pudessem participar das eleições como eleitores e candidatos. A alteração propiciou ao Partido Liberal contar com os votos dos imigrantes italianos e alemães que começavam a se instalar em solo gaúcho, o que deu expressiva força à legenda na formação da bancada federal do Rio Grande.

Existe, ainda, outro exemplo da busca de autonomia para o Estado. Em 1898, a viação férrea e o porto de Rio Grande não apresentavam a mínima estrutura para funcionarem satisfatoriamente. O governo federal, então, resolveu assumir a responsabilidade de funcionamento de ambos os setores. Para isso, concedeu os serviços de melhorias a uma empresa estrangeira, assinando um contrato que assegurava a ela juros de 7% ao ano sobre o capital empregado nas obras. Com o ganho fácil, a empresa não mostrava nenhum interesse em desenvolver de forma rápida o seu trabalho. A solução só chegou em 1.919. O Rio Grande do Sul barganha com o governo federal o apoio gaúcho à política "Café com Leite", que determinava o presidente a república. Em troca, exigiu que a responsabilidade sobre a viação férrea e o porto de Rio Grande voltasse para a órbita gaúcha. E foi atendido.

CONSTITUIÇÃO

Hoje, o estado pode começar a preparar-se para resgatar a autonomia perdida em vinte anos de regime militar. E a oportunidade para isso certamente iniciará logo após a promulgação da nova Constituição: a formulação da Constituição Estadual, que começou imediatamente após o encerramento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Visando não desperdiçar a oportunidade, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul monta uma estrutura que permita a elaboração de um documento de acordo com os interesses do estado. Há, entre os deputados estaduais, a certeza que os gaúchos não terão uma simples cópia da Constituição Federal. A intenção é buscar, em cada campo, os limites do que estabelece a Carta Magna e montar uma

Constituição Estadual que considere e valorize as peculiaridades do Rio Grande do Sul. Resgatar a liberdade, segundo os parlamentares, é a palavra de ordem do Legislativo que vê o cavalo da autonomia passar encilhado pelas campinas do Rio Grande e sabe que precisa estar preparado para montar, sob pena de perder uma oportunidade de fazer, do Rio Grande do Sul, um estado autônomo, livre e soberano.

Descentralização é tendência universal

Historicamente, acompanhando a tradição do Rio Grande do Sul de não se contentar com os seus limites, diversos personagens defenderam a idéia de um estado com maior autonomia. Entre os atuais, o empresário Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro destaca-se por sua posição favorável a uma maior liberdade administrativa e comercial para o Rio Grande do Sul. Em 1983, Ribeiro reuniu a opinião de diversos empresários e políticos gaúchos a respeito da autonomia do Rio Grande, no Livro "Autonomia ou Submissão?".

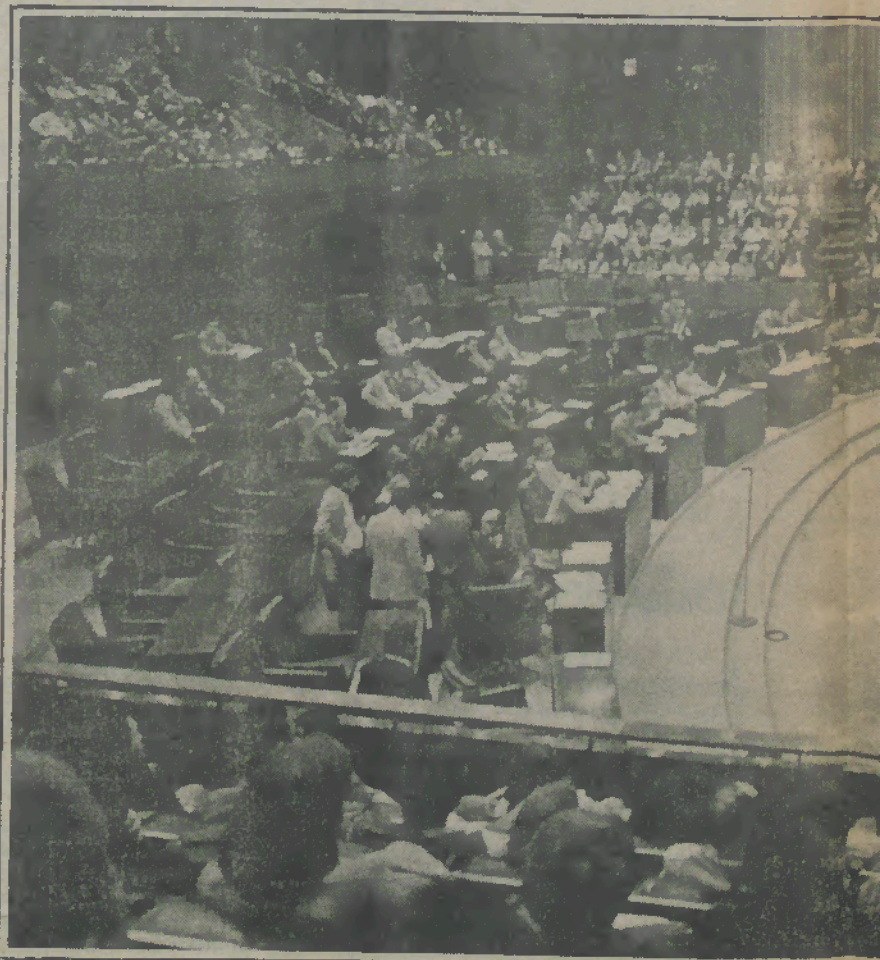
"A autonomia é uma idéia a ser aplicada em todos os estados do Brasil", garante o empresário. Segundo ele, a multiplicidade de aspectos que cada região brasileira apresenta inviabiliza um poder centralizado. O que precisa ser mantido é um denominador comum, que compõe a linha dorsal do país. "A idéia é que se mantenha o sentimento de unidade nacional ao mesmo tempo que os estados tenham o direito de se auto-determinarem", diz.

"É tão madura esta idéia de autonomia, uma tendência universal, que eu só lastimo que a Constituinte tenha perdido tempo discutindo coisa inútil para o País", indigna-se o empresário. Se a Constituinte Federal reserva dias difíceis para a autonomia do Rio Grande, muito menos pode se esperar, ainda, da Constituição Estadual. "Será um verdadeiro jogo de braço", prevê Mendes Ribeiro. Ele acredita que será preciso ir até o Supremo Tribunal Federal para incluir, na Carta gaúcha, alguns dispositivos. No entanto, afirma que se houver uma conscientização em todos os estados brasileiros no sentido de montar as constituições de acordo com as realidades regionais, a tendência é de que a idéia da autonomia ganhe mais força.

PERFIL INDUSTRIAL

Um dos grandes problemas da falta de autonomia para o estado é o pouco pro-

veito que o RS pode tirar de suas fronteiras geográficas. Segundo Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro, pelo fato do Rio Grande do Sul ser um estado de periferia, a economia gaúcha é penalizada e violentada. Ele sustenta a afirmação lembrando seu tempo na diretoria da FIERGS, quando presenciou paulistas bloquearem o mercado argentino e uruguaio para o Rio Grande, como forma de proteger os produtos do centro do País. Para o empresário, o interessante seria definir um perfil industrial do Rio Grande do Sul que fosse complementar ao perfil industrial da Argentina e Uruguai. "Não vamos investir em composta de pêssego se os argentinos também fazem", diz, citando que o desenvolvimento de um pólo de informática, no Rio Grande, ao contrário dos pêssegos, teria condições de expandir suas conquistas para toda a América Latina. O que se precisa, segundo Mendes Ribeiro, é a autonomia para que o Rio Grande do Sul faça a sua história.



Lima destaca avanços

A posição do deputado Jarbas Lima, presidente da Comissão da Constituição da Assembléia Legislativa, sobre os limites impostos para a Carta Estadual é de inconformismo. O parlamentar entende que para fazer uma Constituição em que a idéia de autonomia do Rio Grande do Sul esteja permeando os trabalhos, é preciso não se conformar com os limites e ousar.

Para Jarbas Lima, o controle do meio ambiente, por exemplo, é um campo fértil, onde pode ser criadas leis que regulamentem a utilização dos produtos agrotóxicos. Nesse sentido, cita o exemplo da lei do clorofluorcarbono, de autoria do deputado José Antonio Daudt e aprovada pelo legislativo, que proíbe a utilização do produto em território gaúcho.

No setor de política fiscal e tributária, a expectativa do deputado é de que pouca coisa pode ser feita. "A decisão da Assembléia Nacional Constituinte não é ideal, mas já temos mais espaços para dar maior autonomia ao estado", diz. Na ordem econômica, no entanto, a previsão é que nada poderá ser feito pelo estado, devido às decisões da ANC. "Infelizmente", diz Lima, "vamos ter que sustentar as regras do modelo vigente".

União é vantajosa

Segundo estimativas de entidades econômicas, o Rio Grande do Sul recebe, na forma de retorno, 50% dos recursos enviados para os cofres da União. Além disso, gera mais Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI) do que a média nacional. Em contrapartida, os gaúchos pagam menos Imposto de Renda, em média, do que os demais brasileiros. A conclusão, em cima desses dados, permite traçar o perfil de um Estado que trabalha muito e ganha pouco.

Apesar deste quadro, o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Antonio Carlos Smith, acredita que a questão da autonomia do estado deve ser tratada com muita prudência. "Foi importante mantermos nossa integridade e nacionalidade após a independência do país", diz. O empresário lembra que a união nacional também é necessária para que se consigam vantagens perante outras nações. No entanto, concorda que dentro do território brasileiro existem diferenças acentuadas e que o excesso de centralização do poder tem levado o país a ter grandes problemas.

Para Smith, a questão de descentralização precisa ser tratada com menos discurso e mais pragmatismo, já que só pode ser boa na medida em que mantém a produtividade. Smith cita por exemplo o caso da máquina do Rio Grande do Sul. Segundo o empresário, não falta autonomia ao governo estadual para solucionar os problemas que emperram o funcionamento da máquina administrativa. No entanto, ela se apresenta deficitária e não atende as necessidades da população. "Ter autonomia", diz, "mas ter também eficiência e qualidade". O diretor da FIERGS afirma que a autonomia não pressupõe a transferência de responsabilidades para os estados e municípios. Se não houver responsabilidade, "acabará em uma maior carga tributária imposta pelo governo federal", prevê.

EXTERIOR

A situação geográfica do Rio Grande do Sul, que faz fronteira com Argentina e Uruguai, não pressupõe que o estado tenha maior autonomia que os assuntos à nível de exterior tenham que ser tratados de maneira única pelo país, como forma de não se perder a identidade nacional. A Constituição de Smith é que, nos negócios, sejam respeitadas as peculiaridades de cada região envolvida.

Alexandre Bach

A
no

Passados 19 meses da nova Constituição, então, a hora de elaboração das Constituintes: Estabelece o artigo 13 da Carta Magna que os 55 deputados do Rio Grande do Sul tenham um ano de mandato no Estado. O assessor de imprensa, Carlos Alberto, que não serão necessários para a conclusão da Assembleia Constituinte. A primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal foi instalada em outubro.

Os deputados gaúchos vão discutir a questão da nova Constituição. O deputado Jarbas Lima, do PDS, propôs que a Assembleia Constituinte seja convocada em 1989. A primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal foi instalada em outubro.

Em 25 de agosto de 1988, a comissão de caráter consultivo da Constituição, formada com assento na Câmara dos Deputados, teve como presidente Jarbas Lima. A primeira delas era a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, representada por Alexandre Bach, representante do Rio Grande do Sul. A comissão de caráter consultivo da Constituição para a elaboração da Carta Magna tem como membros de maior interesse a forma tributária. A comissão de caráter consultivo da Constituição para a elaboração da Carta Magna tem como membros de maior interesse a forma tributária. A comissão de caráter consultivo da Constituição para a elaboração da Carta Magna tem como membros de maior interesse a forma tributária.

LHA GAÚCHA



Constituinte Estadual: mobilização e discussão tiveram início há quase dois anos

Assembléia inicia nova Carta gaúcha

dos 19 meses, os trabalhos de elaboração da Constituição Nacional estão concluídos. A hora de dar início aos trabalhos de elaboração das Constituições Estaduais. Segundo o art. 3 da Carta Federal, os trabalhos das Constituintes Estaduais deveriam iniciar cinco meses antes da promulgação da Constituição Federal, ou seja, a partir do dia 10 de outubro. A partir do dia 10, a Assembleia da Assembleia Legislativa gaúcha tem um ano para fazer a nova Constituição estadual. O assessor da Comissão da Constituição, Alberto Allgayer, acredita, porém, que serão necessários todos os doze meses para a conclusão dos trabalhos. A Constituinte gaúcha foi instalada em sessão solene dia 26 de

Os deputados gaúchos estão envolvidos com a elaboração da nova Constituição desde dezembro de 1987. O deputado Jarbas Lima, líder da bancada do PDS, após que as discussões em torno do assunto não cedem. Em março de 87 foi criada a Comissão Estadual Constitucional, que reúne reuniões com autoridades de áreas diferentes: pensamento jurídico, em busca de consensos para os trabalhos. Vieram ao estado, entre outros nomes conhecidos, o ex-governador do Rio Grande do Sul, o presidente da Confederação dos Bispos do Brasil, CNBB, dom Luíz Mendes de Almeida. Também o governador do Rio Grande do Sul, Simon foi convidado para uma das

Em agosto do mesmo ano foi criada uma comissão de caráter permanente, a Comissão da Constituição, formada pelos líderes dos partidos políticos na Casa, tendo como presidente o deputado Jarbas Lima. A Comissão da Constituição tem como finalidade atuar em três áreas: acompanhar os trabalhos da Assembleia da Assembleia Nacional. Para desenvolver este trabalho, representantes da Comissão viajaram à Argentina para acompanhar mais de perto os assuntos de maior interesse para o Estado, como a tributária. A segunda era a elaboração do projeto de regimento interno, que foi votado no dia que iniciou os trabalhos. Foram sugeridas providências de caráter administrativo para preparar a elaboração

da nova Constituição Estadual.

MOBILIZAÇÃO

A mobilização em torno de questões que envolvem a nova Constituição Estadual não começou cedo só na Assembleia Legislativa, a população gaúcha através de instituições representativas, como sindicatos, OAB, movimentos ecológicos, está participando das discussões. Segundo Allgayer, esta participação popular é decorrente da Constituinte Nacional, onde houve mobilização em torno de questões polêmicas. Allgayer acredita que na Constituição Estadual a participação popular pode ser ainda mais ampla que na Nacional. "A Assembleia Legislativa chama a atenção da população para os trabalhos através dos meios de comunicação, e o ante-projeto de regimento interno possibilita a sugestão de emendas populares no trabalho da constituinte", diz.

Nos trabalhos da Constituinte Nacional as emendas populares necessitam um mínimo de trinta mil assinaturas de eleitores, e caso seja aprovado este ante-projeto de Regimento Interno a que se refere Allgayer — que já conta com o apoio da maioria dos partidos — qualquer eleitor pode apresentar uma emenda na Constituinte Estadual.

LIMITES

Embora os gaúchos tenham expectativas importantes em relação a mudanças no estado com a nova Constituição, Allgayer salienta que existem limites para as constituições estaduais. É o sistema de simetria, que estabelece que as constituições estaduais não podem ir contra o que está definido na Carta Federal. Segundo Allgayer, estes limites são próprios da estrutura constitucional republicana do Brasil, e diz: "Não há grande abertura para maiores situações originais, mesmo assim há condições de imaginação e criatividade dos legisladores para elaborarem uma série de institutos que atendam à nossa realidade".

Patrícia Barreto

Chile: primeiro passo à democratização de um país na corda bamba

A maioria da população do Chile não quer mais saber de Pinochet. O plebiscito de 5 de outubro mostrou que a ditadura, iniciada em 73 após um sangrento golpe de estado, está numa enrascada. Mas os números da vitória do NÃO deram ao general-presidente esperanças de continuar com o controle do país. O sucesso da sua política econômica, com baixos índices de inflação, crescimento real maior que a média latino-americana e uma redução da dívida externa, sensibilizaram pouco mais de 40% da população. A oposição garante que houve fraude. Mesmo assim, ficou satisfeita com os 53% de votos e comemorou levando um milhão de pessoas para as ruas na sexta-feira, dois dias depois do governo admitir que havia sido derrotado.

Na verdade, não foi bem assim. O governo do general Pinochet investiu tudo na permanência da junta militar à frente do Palácio de La Moneda pelo menos até 1997. E não se sente derrotado. A própria oposição garantiu que a vitória do Não jamais poderia ser confundida com uma rejeição às Forças Armadas. Nada mais natural. O momento é de negociação, e quem pensou em ver Pinochet embarcando num avião rumo ao Paraguai ou Estados Unidos se enganou. O general vai comandar a transição, e já pensa em ser candidato à presidência da república nas eleições do ano que vem, mesmo que a sua Constituição o proíba de fazer isso. Pinochet pensou até mesmo em transformar sua mulher em presidente, para continuar com o controle do país.

Apesar da resistência, a oposição pressiona para apressar a saída do general. O primeiro passo foi uma grande manifestação depois da vitória do NÃO, que reuniu cerca de um milhão de pessoas. Houve incidentes, duas pessoas morreram e dezenas foram presas. A polícia teve 18 de suas viaturas depredadas. Mas a oposição não quer isso. Logo após a eleição, o democrata-cristão Sérgio Molina apelou para que ambas as partes façam concessões que garantam a tranquilidade do processo de transição. Isso coincide com a posição da Igreja Católica, que pede um "consenso democrático."

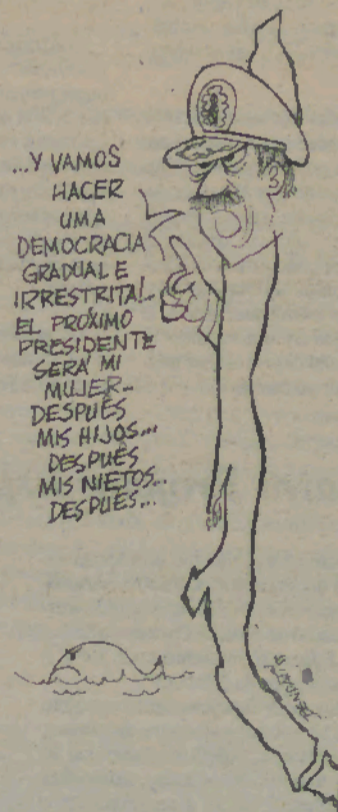
A situação, no entanto, é delicada. O governo de Augusto Pinochet sabe que a união de 16 partidos políticos em torno da rejeição do seu nome não pode durar muito. As divergências começaram logo em seguida à divulgação dos resultados. Gabriel Valdez, líder de democracia-cristã, posa como candidato quando diz que busca a reconciliação dos chilenos. "Queremos o entendimento entre os civis e os militares, entre os trabalhadores e os empresários, entre os ricos e os pobres. O mundo moderno exige o trabalho e a participação de todos." Já Ricardo Lagos, líder do Partido Pela Democracia, é mais explícito. "Temos que mudar essa Constituição que estabelece hegemonia injusta dos militares e cria normas que tornam virtualmente impossível alterar o texto constitucional outorgado pela Junta em 1980." Valdez e Lagos são os mais fortes candidatos à sucessão de Pinochet.

No governo também há divisões. Apesar de Pinochet resistir às pressões, há setores que entendem que a negociação ficará mais fácil sem seu nome por perto. O Partido de Renovação Nacional, principal agremiação de apoio ao governo, preferiu um candidato de consenso. Quem desponta é o ex-ministro do Interior, Sérgio Onofre, presidente do PRN. O atual ministro, Sérgio Fernandez, uma espécie de porta-voz de Pinochet, ga-

rantiu que o governo irá agir com "flexibilidade e pragmatismo", salientando, no entanto, que serão adotadas as medidas necessárias para assegurar a tranquilidade e a ordem indispensáveis à transição.

Mas Pinochet é um osso duro de roer. Num pronunciamento pela televisão, logo após a vitória do NÃO, ele disse que não negociará nenhuma das mudanças constitucionais que a oposição propõe, permanecendo no cargo até 1990. E ainda mais. Ele ameaça até mesmo desrespeitar a Constituição que fez aprovar em 1980, que proíbe a sua reeleição. Ele ceifou todas as resistências a seu nome como candidato do governo ao plebiscito, e agora pretende largar a farda, passar para a reserva e governar como civil. A teimosia de Pinochet em ficar no poder envolve até sua mulher, que poderia ser eleita presidente para deixar as coisas como estão.

Mas com um dado Pinochet não contava. A participação e o engajamento da população no plebiscito podem alterar os planos previamente traçados pelo governo em caso de derrota. As pessoas votaram em massa, chegando a ficar mais de três horas numa fila para recuperar um direito cassado em 73. De todo o mundo os exilados foram engrossar o coro de vozes pelo NÃO, e a mobilização da oposição impediu a fraude com uma fiscalização rígida das mesas eleitorais. A desigualdade foi flagrante. Enquanto a oposição reunia 800 mil pessoas no comício de final de campanha, Pinochet foi saudado por pouco mais de 60 mil numa caminhada pelo centro de Santiago. O entusiasmo é da oposição, pelo menos de alguns setores mais cansados do regime. Isso pode alterar tudo, mas um prognóstico agora é difícil. Afinal, o Chile continua andando por um campo minado, onde qualquer escorregão pode ser fatal.



Jornal laboratório dos alunos do sétimo semestre do curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição do segundo semestre de 1988, elaborada pela turma da disciplina de Produção e Difusão em Jornalismo Gráfico, sob a coordenação dos professores Anibal Bendati e Jerandir Soares. Participaram desta edição: Alexandre

Bach, Andréa Palm de Almeida, Caio Fernandes Claro, Carlos Alexandre Cracco Paiva, Christianne Maria Schmitt, Denise Novelli Martins, Jorge Luis Machado Ghiorzi, José Flávio Ilha de Souza, Júlio Segismundo C. A. P. Lima, Jussara Maria Menezes Quadros, Márcia Aloísio Avruch, Marco Aurélio Getti, Nilo Lutero Figur, Patrício Barreto dos Santos, Rejane Beatriz de Oliveira e Rosemari Guedes Bisch.

Chefe do Departamento de Comunicação: Ricardo Schneiders da Silva. Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregori Fagundes da Silva.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Rua Jacinto Gomes, 540, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Composição e fotolito: Proletra — Fone: 26-7780

PIRÂMIDES DO PREFEITO OU O SONHO DE EDUCADORES?

CIEMs: uma discussão nas eleições

Com as eleições municipais os CIEMs, que já foram motivo de muita discussão, voltam à tona no discurso dos candidatos tanto à prefeitura como à câmara de Porto Alegre. "Os CIEMs são pirâmides em áreas extremamente pobres". Assim manifestou-se a vereadora do PMDB, Gladis Mantelli, ao ser questionada sobre o Centro Integrado de Educação Municipal.

O atual governo municipal de Porto Alegre definiu uma política de educação que assume como prioridade a educação da população de baixa renda, buscando, com a participação da comunidade, diminuir as desigualdades sociais e realizar algo sério e autêntico. Segundo, Gladis Mantelli é possível se fazer educação sem palácios. Para ela, os CIEMs devem ser instalados sob duas linhas: prédios e a filosofia.

Antônio Hohlfeld, vereador do PT, acredita ser a educação uma das prioridades de todo e qualquer governo e, portanto, é simpática a iniciativa do atual governo municipal. Para ele, os CIEMs não são palácios, mas sim o sonho de todo o educador. E acrescenta: "Será que boas instalações são privilégios da burguesia?"

Para a Assessoria da Secretaria Municipal de Educação-SMED — o governo municipal ao propor uma escola que assuma como prioridade a educação da população periférica de Porto Alegre, deve oferecer além do ensino formal, um ambiente saudável e seguro com áreas de lazer e recreação, atendimento social, médico e psicológico para atender às solicitações dessas comunidades e desencadear uma mudança sócio-econômica e conjuntural que vai além da sua área de abrangência. Os CIEMs que foram instalados em Centros de Comunidade — Vila Restinga e Vila Elizabeth — contam com toda estrutura para atender a comunidade — piscinas, vestiários, cancha de bocha, CTG, agência bancária, etc...

A vereadora Gladis Mantelli descreve os prédios como pirâmides construídas em áreas extremamente pobres, sendo assim, uma afronta à população que ali reside. Isto, de acordo com Gladis, ativa a revolta dos indivíduos que vivem em condições miseráveis. Na sua opinião, antes de colocar prédios desconhecidos nestes meios é essencial se resolver os problemas sociais. E acrescenta: "Vivemos em um sistema capitalista, portanto, devemos realizar projetos que se adequem ao mesmo".



CIEM instalado no Centro Comunitário da Vila Restinga.

Conforme a Secretaria Municipal de Educação, criar uma escola com uma proposta pedagógica é proporcionar matrículas, a nível de 1º Grau, ao elevado número de alunos excedentes das comunidades de zonas periféricas da cidade; fazer turno integral, com aproximadamente 10 horas de permanência diária do aluno na escola e ensino de melhor qualidade com pedagogia voltada para realidade das classes populares.

De acordo com a SMED, promovendo uma alimentação sadia, estaremos incentivando a freqüência, melhorando o rendimento escolar e auxiliando o desenvolvimento físico e mental da criança. Os CIEMs fazem parte da nova proposta educacional implantada no município de Porto Alegre e têm como direcionamento básico uma vontade política que busca, na ampla escuta e participação dos mais variados segmentos da sociedade, o ensino não seletivo e de boa qualidade para toda a população.

Gladis acredita ser um aspecto positivo atender as crianças em tempo integral. No entanto, entende que a escola não deve assumir o papel de pai, fornecendo cinco refeições diárias. Para ela, os CIEMs são discriminatórios. Eles não estão abertos para toda a população. Estão funcionando apenas 20 turmas de primeira série e não são todas as pessoas que conseguem vagas na escola. Ela questiona: "E as outras crianças ficam aonde? Se é para educar que então seja para todos, ou não se faça".

Para o vereador do PT, Antônio Hohlfeld, os CIEMs resolvem um dos maiores problemas da população periférica que é o de ter um local de tempo integral para deixar suas crianças. Outro ponto positivo é a

Para o vereador do PT, Antônio Hohlfeld, os CIEMs resolvem um dos maiores problemas da população periférica que é o de ter um local de tempo integral para deixar suas crianças. Outro ponto positivo é a

alimentação que possibilita um maior rendimento das crianças. E acrescenta: "Enquanto vivemos em um sistema capitalista e os salários são achatados esta é uma forma de amenizar a situação".

Do ponto de vista da administração do município, Gladis afirma que "os CIEMs são um saco sem fundos em termos de gastos orçamentários". Para ela, manter uma escola com a estrutura de um CIEM é extremamente caro. O Município não tem condições de suportar.

A vereadora ainda coloca que os CIEMs só estão funcionando porque as turmas não estão completas. Afirma que no Rio de Janeiro, os Brizolões estão sendo fechados, pois além da impossibilidade de manter o projeto eles ainda foram construídos em locais onde não existia população suficiente para formar uma turma. "Foram construídos para inglês ver. Agora, justiça seja feita, o prefeito Alceu Collares fez as construções onde realmente eram necessárias".

Gladis acrescenta que 25% dos tributos arrecadados pelo município são para a educação, isso significa 14% a 15% do orçamento. Portanto, o próximo Prefeito não terá condições de continuar o projeto, pois, os gastos serão bem maiores. Entendo que com o volume de recursos gastos para um CIEM poderia ser feito o dobro de escolas, recuperando e ampliando as já existentes.

O vereador do PT considera que o projeto dos CIEMs é viável e que uma das metas do PT é aumentar as verbas para a educação. O projeto deve ser analisado e se possível ampliado para toda a população. Sendo uma prioridade, a educação não pode ter simplesmente 14% a 15% do orçamento. Para Antônio Hohlfeld ampliar e recuperar os prédios já existentes significa um gasto muito maior. Para ele os prédios deveriam ter sido, isto sim, mantidos em constante manutenção para que não houvesse o desgaste inevitável do tempo.

Antônio Hohlfeld, diz: "Não estou aqui para elogiar o prefeito Alceu Collares, acho apenas que não se deve desenvolver uma campanha eleitoral em cima do trabalho dos outros, mas sim de propostas que somem em soluções. Considero que o projeto dos CIEMs será analisado e bem solucionado com o Partido dos Trabalhadores no governo municipal. Não tem porque destruir algo que é bom para a classe dos trabalhadores".

Quatro Projetos Especiais na educação

Erradicar o analfabetismo, um dos problemas sociais mais graves da nossa capital, foi outro compromisso da administração Alceu Collares, segundo a assessoria de comunicação da SMED. Para isso a Secretaria Municipal de Educação implantou, em 1986, o projeto "Nenhum Adulto Analfabeto".

Em menos de dois anos de funcionamento o projeto já atingiu cerca de 30 mil pessoas, entre monitores, alunos e instrutores. Hoje, a SMED já alfabetizou 20 mil portoalegrenses, maiores de 14 anos, dando-lhes condições, primeiramente, de ler e compreender o texto e, conseqüentemente, de adquirir consciência social.

"Nenhum Adulto Analfabeto" é um projeto com proposta de ensino inovador, com atendimento de forma individualizada, evitando a inibição natural do adulto que não sabe ler. O trabalho é voluntário e a alfabetização é gradual, obedecendo a velocidade de cada um.

O projeto se desenvolve permanentemente e o cadastramento de alunos e monitores já é um trabalho sistemático na SMED, que também treina os monitores, distribui material didático e faz o acompanhamento.

Outro projeto especial é o Albergue Municipal da Criança. A Filosofia do Albergue é recolher as crianças marginalizadas para reintegrá-la socialmente, através do encaminhamento ao lar ou ao órgão competente e da iniciação profissional. As crianças aprenderão atividades simples como faxina, vendas de jornais, lavagem e guarda de carros, para terem um ofício que lhes garanta a subsistência.

O prédio do Albergue, localização à Rua A esquina B no Jardim Guanabara, tem uma área de 678 metros quadrados, composto de quatro dormitórios, quatro banheiros, sala de nutrição, cozinha, refeitório, rouparia, lavanderia, salas de recreação e atividades múltiplas, dispensas e salas para administração.

A antiga Usina do Gasômetro, desativada desde 1974, está em processo de restauração. Conforme a assessoria de comunicação da SMED até dezembro deste ano, a Usina estará em condições de receber o Museu do Trabalho, um teatro, um restaurante panorâmico e um dos três centros de Preparação e Formação de Mão-de-Obra que a SMED vai implantar em Porto Alegre. Na Usina funcionará, já a partir do próximo ano, a Escola Municipal João Caruso, com capacidade para 500 alunos de quinta à oitava série do primeiro grau, funcionando em turno integral e preparando os alunos para enfrentar o mercado de trabalho.

Os deficientes também tem garantido os seus direitos em relação ao ensino para poderem ser úteis a si próprios, à família e à comunidade. Para isso a SMED está implantando cinco CIEMs Especiais em Porto Alegre para atendimento especializado às crianças deficientes.

Com quatro projetos especiais de educação a SMED leva atendimento especializado aos milhares de analfabetos acima de 14 anos; aos deficientes mentais treináveis; aos menores abandonados e às jovens que caem na marginalidade para poder sobreviver.

Escolas não aceitam QPE

A maior briga feita até agora em relação à aplicação do Quadro de Pessoal por Escola — QPE —, segundo Gladis Mantelli foi a retirada em grande número de professores que executavam outras tarefas que não as de orientadores e supervisores educacionais. O Estado sempre teve problemas com a distribuição de pessoal nas escolas, e isso era cobrado tanto pelos clubes de pais e mestres quanto pelas escolas.

No momento em que foi implantado o QPE começou o alarde, afirma Gladis.

O plano de carreira protege o professor em relação a remoção. Em função disso o professor era chamado para escolher entre cinco escolas da periferia. "O que acontecia", diz Gladis, "é que ele escolhia uma, não gostava, trabalhava um mês e pedia transferência ou entrava em licença. O Estado então fazia concursos para suprir estas escolas e o processo se repetia, as escolas centrais ficavam repletas de professores e as da periferia vazias".

De acordo com a vereadora, foi instalada uma comissão paritária de cinco membros do CPERS e cinco membros da Secretaria de Educação. Esta comissão distribuirá o pessoal de acordo com a tipologia e a estrutura da escola. A aplicação e coordenação foram realizadas pelas Delegações de Educação e passado os resultados para a Secretaria. Foi este o momento da briga, disse Gladis. Os resultados que foram considerados ideais pela comissão paritária foram reduzidos

e aplicados simultaneamente pela Secretaria de Educação. "Aí foi o caos", afirma a vereadora.

Professores, pais e diretores começaram a gritar acusando o Estado pelo mau funcionamento das escolas".

Na opinião de Gladis, seria necessária uma reformulação em todo o sistema de educação começando pelas entidades formadoras. É indispensável uma ação conjunta com a Secretaria e esses órgãos para que não ocorra o que acontece, por exemplo, com o curso de matemática em que os professores só trabalham seis meses com o conteúdo que vão ensinar os seus futuros alunos. Se faz necessário um convênio com as universidades para dar cursos de aprimoramento aos professores já formados, um assessoramento do sistema no sentido de auxiliar o indivíduo a não cometer erros e é também indispensável uma remuneração digna.

Gladis Mantelli finaliza dizendo que a mudança de secretário abre uma perspectiva de diálogo entre magistério e Governo. E que portanto, torna-se viável esta mudança qualitativa na educação. Ela diz: "Rui Carlos Ostermann é a pessoa adequada por suas características pessoais, um dialogador. Ele fará alianças no sentido de abrir canais de comunicação".

COLÔNIAS DE FÉRIAS

A seleção dos usuários será iniciada logo

Nos editais que a UFRGS publica antes da temporada, este ano, oferece 344 vagas, sendo 84 no Centro de Lazer e 260 na Colônia de Férias de Tramandaí. Serão beneficiados 3.440 veranistas, já que as vagas são oferecidas por períodos distintos de dez dias a grupos também distintos de 344 usuários. São dez períodos divididos entre nove de dezembro e 19 de março, dos quais o usuário só pode optar por um. As chances de conseguir uma vaga são bem maiores em dezembro e março, já que em janeiro e fevereiro o número de candidatas é maior.

Levando-se em conta as pessoas diretamente ligadas à comunidade universitária, temos a relação de uma vaga para cada seis pessoas. Diante disso, 14% da comunidade será atendida, gerando um déficit de vagas de 86%. Se o Centro de Lazer de Capão Novo estivesse concluído, esse déficit cairia para 66%.

No entanto, o déficit de vagas é maior se considerarmos que as pessoas ligadas à comunidade universitária têm seus dependentes. Mesmo assim, esses números ainda não seriam reais, uma vez que a universidade destina 60% das vagas aos servidores, 20% aos professores e 20% aos alunos. Desta forma, mais da metade dos servidores pode ser atendida. Dos professores, a quarta parte, e dos alunos, somente a vigéssima parte.

Em se tratando de alunos, cabe a PRUNI, que funciona no antigo Instituto de Química, fazer a seleção dos candidatos às vagas nas colônias de férias. No caso dos alunos casados, a seleção é bastante rigorosa. O aluno deverá dirigir-se à PRUNI com a carteirinha da entidade e preencher uma ficha sócio-econômica com 20 itens, tais como renda e número de filhos. Serão contemplados os mais carentes e que não usaram a colônia nos últimos anos, segundo a PRUNI. Critério de seleção semelhante deveria ser usado para os alunos solteiros. Inexplicitamente, a PRUNI distribui as vagas para os solteiros pela ordem de inscrição.

A seleção dos professores e servidores interessados em veranejar nas colônias de férias da universidade é feita pela coordenação do Projeto do Servidor, que funciona junto à reitoria. Para isso, utiliza-se uma ficha sócio-econômica semelhante à da PRUNI, porém, sem distinção entre casados e solteiros.

A BAIXA TEMPORADA

Nos períodos compreendidos entre 18 de março e nove de dezembro, a chamada baixa temporada, a oferta de vagas nas colônias de férias da UFRGS é maior do que a procura. Nesse período, basta o usuário dirigir-se ao local e hospedar-se. Nos feriados ou nas férias do meio do ano, entretanto, é aconselhável ao usuário consultar a universidade e reservar a vaga com antecedência para não correr risco de não ser atendido.

O jornalista Clayton de Farias Crânico, coordenador do Projeto do Servidor, salientou que os maiores beneficiados com as colônias de férias são os servidores. Para ele, a maioria da comunidade poderia ser atendida, se os pedidos de vagas não se concentrassem nos meses de janeiro e fevereiro. Argumentou que Tramandaí e Capão Novo têm infra-estrutura e vida próprias o ano inteiro e oferecem excelentes condições de lazer no inverno. Acrescentou que poderão ocorrer alterações relacionadas com as colônias em função da gestão Gerhard Jacob, que assumiu no lugar da anterior. Possivelmente a nova administração irá analisar o caso da seleção dos alunos solteiros feita pela PRUNI.



Promoções esportivas acontecem durante o inverno

Praia de muitas atrações

Nos fins-de-semana, feriados e durante o veraneio, Capão Novo é festa e festa. São as programações da Festa do Sol, um empreendimento permanente que abrange as áreas sócio-cultural e esportiva e que atrai gente de todo o litoral gaúcho e arredores. Os eventos acontecem num moderno parque de lazer e num auditório ao ar livre.

O ginásio onde acontecem os shows diários é uma construção de arquitetura avançada, em forma de semi-concha acústica. Tem capacidade para abrigar mais de dez mil espectadores. A cada dia, acontece ali uma nova atração, com artistas consagrados pelo público.

Laury Garcia Job, diretora de relações públicas do Grupo Capão Novo, informa que, no parque de lazer, se desenvolvem os espetáculos esportivos, os jogos noturnos de Capão Novo, como já estão conhecidos. As canchas de volei, bocha, basquete e futebol possuem excelente iluminação. Além disso, têm play-grounds, pista de cooper, bicicross, escolinha de trânsito, a satírica Ferrovia Norte-Sul e um ringue de patinação coberto, que também serve de anfiteatro, com capacidade para acolher 1.200 pessoas. Além disso, o veranista pode amanhecer no Capão Novo Praia Clube, dançando ao som dos melhores conjuntos do estado.

Segundo Elmar Ricardo Wagner, presidente do Grupo Capão Novo, "essa é uma praia inédita, está urbanizada e possui infra-estrutura completa, o que garante lazer e divertimento o ano inteiro". De entre tantos itens, podemos citar postos de gasolina, da Brigada Militar, de saúde, prom-

to socorro, restaurantes, supermercados, telefones, farmácias, igreja e escola.

Capão Novo tem apenas sete anos e a cada temporada ganha mais vida e mais verde. Para isso, o Grupo Capão Novo criou um horto florestal com sete hectares, para garantir a respiração da praia. Ali são cultivadas árvores nativas, flores e árvores frutíferas.

O plano diretor de Capão Novo é o mais exigente do litoral, acrescenta Ricardo Wagner. O projeto de loteamento prevê regras que evitam prejuízos à praia como local de lazer e tranquilidade. As casas podem ocupar apenas 30% dos terrenos, e os edifícios só podem ocupar as ruas perpendiculares ao mar, para que a brisa possa passar livremente. E o comércio tem locais específicos para funcionamento, garantindo a tranquilidade daqueles que preferem ficar distante desses estabelecimentos.

Por ter criado uma das praias mais modernas do país, o Grupo Capão Novo já mereceu vários prêmios. Entre os mais destacados estão o Prêmio Nacional de Opinião Pública, o Destaque em Marketing 82/83 e o Amigo do Teatro, conferido pela Assembleia Legislativa do RS. Para Laury Garcia Job, isso só foi possível graças ao esforço de todos os que fazem parte do Grupo Capão Novo, desde o funcionário mais modesto até o presidente.

Aqui, em Capão Novo, o centro de lazer da UFRGS fica na Rua Quero-Quero, esquina com a Rua 116, a um quilômetro do mar, a seis de Capão da Canoa e a 145 de Porto Alegre.

São 14 sobrados, do total de 88 a serem construídos, além de um Centro de Convenções com 1.400 metros quadrados

UFRGS inaugura Centro de Lazer em Capão Novo

Foi inaugurada dia 16 de agosto, em Capão Novo, a primeira parte do Centro de Lazer da UFRGS, que terá em torno de 8.000m² de área total construída, sobre um terreno de três hectares aproximadamente, doado pelo Grupo Capão Novo e repassado à universidade pela prefeitura municipal de Capão da Canoa. Fazem parte da primeira etapa das obras um Centro de Vivência, com 412m², 14 módulos de sobrados, com 54m² cada um, e uma portaria com 39m², somando, ao todo, 1.207m² de área total construída, sobre uma área de terreno tratada de quase um hectare.

A parte construída do Centro de Lazer já está totalmente mobiliada e em condições de receber 84 pessoas. Seu custo, em moeda corrente nacional atualizada, atinge Cz\$ 90 milhões. Aos professores, alunos e funcionários da UFRGS só resta aguardar o edital da universidade para ocupar o novo Centro de Lazer.

As futuras instalações deste Centro de Lazer terão condições de abrigar 528 pessoas. Elas constam de um conjunto de unidades habitacionais, praça de esportes e um moderno centro de convenções, o maior do estado.

As unidades habitacionais, num total de 88 módulos, dos quais faltam construir 74, foram projetadas em dois pavimentos, configurando dois Centros de Vivência, uma portaria e uma área de estacionamento.

As duas praças interligam-se através de uma área central, onde estão localizados o Centro de Convenções e a área de esportes. Na área de esportes, o projeto apresenta três canchas polivalentes e módulo de apoio às atividades de recreação a serem ali desenvolvidas.

O CENTRO DE CONVENÇÕES

O Centro de Convenções será um dos maiores e mais completos do estado, contando com condições necessárias para o bom desempenho por parte dos convenionistas, pois além do local ser calmo, haverá toda a estrutura ideal para recebê-los. O Centro de Convenções projetado possuirá uma área total construída de 1.400 metros quadrados e será dotado de dois auditórios com capacidade para 600 pessoas, além de salão de exposições, salas de reuniões e áreas de apoio.

Segundo o arquiteto Cyrillo Crestani, autor do projeto, cuja execução esteve a cargo do engenheiro Pedro César Almeida, nas soluções arquitetônicas adotadas, traçou-se como objetivo a interpretação do aspecto urbano de Capão Novo, buscando a harmonização com as tipologias encontradas no local. "A concepção permite que o conjunto seja implantado em diferentes etapas, de maneira a garantir o uso sem interferir no andamento das fases subsequentes", explicou o arquiteto.

As obras de Capão Novo, no entanto, estão ameaçadas de paralização por tempo indeterminado. Essa indefinição se deve à mudança do reitor. Foi o que assegurou o coordenador do Projeto do Servidor, Clayton de Farias Crânico. O coordenador, que já faz parte da gestão Gerhard Jacob, fez questão de enfatizar que a nova gestão, apesar de contestada pela comunidade universitária, estará empenhada em promover a melhoria do ensino e da pesquisa, reivindicações desta comunidade. Mesmo assim, não descartou a possibilidade de fazer aquilo que for essencial em termos de obras.

O engenheiro Pedro César Almeida, do escritório técnico, ligado à prefeitura universitária, informou que a UFRGS não renovou o contrato com a empreiteira que construiu a primeira fase do Centro de Lazer de Capão Novo. Almeida adiantou que a universidade vive uma fase de transição, como é natural, com a troca do reitor. Por isso, não poderia afirmar se a obra de Capão Novo vai ou não continuar.

Caió Fernandes Claro

Críticas à gestão Ferraz

A prioridade às obras, entre as quais se inclui o novo Centro de Lazer, no qual foram gastos Cz\$ 90 milhões, provocaram protestos e críticas contundentes à gestão Ferraz, na medida em que, nesse período, houve uma acentuada queda na qualidade do ensino e da pesquisa, motivada pela falta de verbas. Para a maioria dos alunos e professores a produção de conhecimentos, através do ensino e da pesquisa, se sobrepõe a qualquer outra finalidade de uma universidade e isso não foi levado em conta pelo ex-reitor Francisco Ferraz.

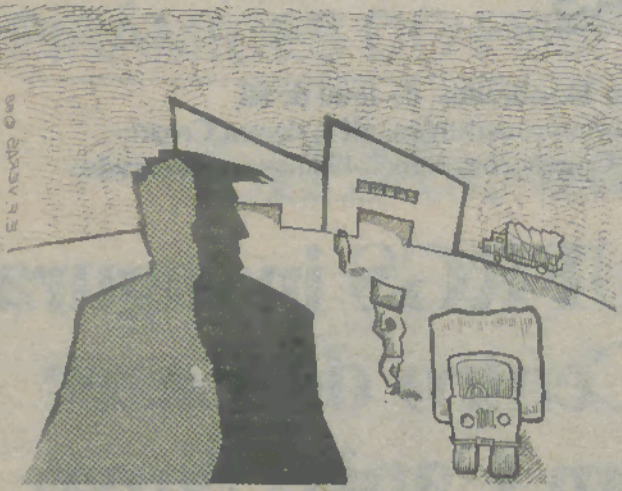
Hoje, a comunidade universitária está assistindo o cancelamento de disciplinas fundamentais, por falta de condições humanas e materiais de funcionamento. Outras estão funcionando precariamente e, além disso, estão ameaçadas de não funcionarem no próximo semestre. Entre os exemplos, estão as cinco cadeiras de fotografia da Faculdade de Comunicação, que dependem do bom funcionamento do laboratório fotográfico. O laboratório está fechado por absoluta falta de verbas, prejudicando mais de 100 alunos.

Para Renato Nunes Wolff, do sétimo semestre de Jornalismo, o descaso da administração Ferraz com o ensino e a pesquisa prendeu-se ao fato de que a produção de conhecimento retorna em ameaças ao "status quo" e a ideologia que o próprio reitor esteve empenhado em manter, enquanto que "as obras faraônicas, normalmente são elefantes brancos mansos que não ameaçam ninguém e rendem prestígio junto à esfera federal." A opinião de Renato Wolff é compartilhada por um grande número de estudantes da universidade.

Já o professor Wallace Lehnemann entende que a universidade tem prioridades que conspiram contra as reais necessidades do país. "Os professores estão perplexos diante de empreendimentos como o Centro Cultural, a remodelação do Salão de Atos, as obras do Campus do Vale da Agronomia e do Centro de Lazer, enquanto temos que rondar à reitoria de pires na mão atrás de uma caixa de giz." As frases metafóricas de Lehnemann servem de ilustração à agonia que vive a UFRGS em nossos dias.



A primeira etapa do Centro de Lazer tem 1.207m²



De olho vivo na pista do detetive

Fuca creme com placas falsas, gás-lacrimogêneo no portaluvas, revólver escondido sob o banco, o automóvel sempre foi peça-chave no universo do detetive. Olho privado seria a tradução literal do *private eye* que virou ícone urbano na literatura e no cinema. Encontrar um Sam Spade, o personagem detetive clássico de Dashiell Hammet, folheando o catálogo telefônico de Porto Alegre seria o mais genuíno milagre. No cartão de apresentação do detetive que encontrei está impresso "agente de segurança". Especialidade polivalente: da investigação de arrombamentos e furtos, passando por homicídios e seqüestros, à investigação de falsificações e execução de simples cobranças.

Uma praça na avenida Farrapos, início da noite de uma sexta-feira, o local do encontro marcado com o detetive que permanecerá incógnito nesta reportagem sob as iniciais M.L. Acompanhá-lo em uma operação só foi possível por me utilizar de uma de suas "fontes", uma daquelas pessoas na cidade que tornam seu trabalho mais fácil. Pelo telefone, aparelho onde o detetive nunca pronuncia seu próprio nome, ele me deu sua descrição. "Vou estar de jeans e com uma blusa preta. Eu tenho barba, os cabelos castanhos, tenho uma altura média, não sou muito alto".

Atravessi a avenida Farrapos dentro de um táxi. Os neons já acessos das boates e o cinza dos prédios abria uma Chicago na mente. Localizei M.L. sem maiores problemas, mas a figura decepcionava, nada lembrando o detetive clássico. Mas a caminho junto a ele de seu "local de investigação", pensei que talvez ele também esperasse uma loira fatal prestes a disparar um segredo pelos lábios.

Ladrões miúdos & nenhum perigo

Depósitos de transportadoras, há várias na área. M.L. se desloca entre elas executando sua investigação. Serviço fácil, o gás lacrimogêneo substitui o revólver no caso de uma reação violenta dos "investigados". Nenhum crime intrincado, só a tentação de mãos subempregadas. Trabalhadores por tarefa, horistas das transportadoras, vêm no furto ligeiro das mercadorias que lançam nos caminhões a possibilidade de trocá-las ou vendê-las em armazéns de vitas, aumentando um magro salário. Miudezas que não atraem a polícia a uma investigação. Resta aos empresários a ação a qualquer hora do detetive particular. M.L. possui vantagens a lhe garantir um bom número de clientes: carteira de polícia civil, de investigador de operações especiais, e carteira de membro da Escuderie LeCoq (identificada com o Esquadrão da Morte).

Detetive particular clandestino, amparado por um "testa de ferro" que legalmente responde pela Agência de Investigações, sócio de um "olheiro" que transita tanto pelas delegacias quanto pelos morros, M.L. é um "tira" que se aluga para serviços privados. Tanto tem acesso, como policial, aos serviços que a polícia descarta, se oferecendo "por fora" aos interessados em uma investigação personalizada, como usa sua condição de "autoridade" para resolver mais prontamente os casos para os quais é contratado.

Num cubículo da transportadora, sacar do bolso a carteira de policial é certeza de uma confissão sem violência. O pequeno ladrão é dispensado e "queimado" na área. Mas a limpeza continua. Espiões "plantados" por M.L. nos depósitos "descobrem desde roubo de papel-higiênico nos banheiros, até as secretárias furtando material de escritório", conta ele. Segurança industrial. Há empresas que protegem de tal forma as mercadorias, que cães policiais, acorrentados entre os caminhões, vigiam os carregadores — impedindo o roubo ou revolta?

Olho de coruja, corpo de camaleão

"Não consigo ver aplicarem uma injeção numa pessoa, me sinto mal, mas gente ensanguentada por tiro, ou esfaqueada, até cadáveres, nada disso me incomoda, pra mim é natural", confessa M.L. Crueldade? A coruja gira sua cabeça como uma metalhadora. Olho disparador sem culpa. Há corujas em gesso, madeira e vidro espalhadas pelo escritório de M.L., escondido num prédio comercial da rua Voluntários da Pátria, onde ele começa a listar a receita do sucesso em sua atividade: conhecer detalhadamente as leis, "especialmente o Código Penal", salienta ele, "pra saber até onde se pode ir", ter versatilidade cultural para transitar por ambientes diversos, adequando roupas, linguagens e comportamentos, "não se deve falar gíria, que marca muito a presença, falar correto dá menos na vista" diz ele, adicionando um último predicado — ser exímio no manejo de armas e objetos repressivos, assim como no de aparelhos de escuta, gravação, fotografia e filmagem.

"Tem que ter coragem e cabeça fria, emoção pode levar a perder as pistas. Pista quente quase sempre é um detalhe" e M.L. exhibe orgulhosamente recortes de jornais e fotografias de crimes desvendados pela simples marca de um sapato no sangue espalhado no piso de um apartamento ou pelo encontro de um botão de camisa perdido atrás dos móveis. Afinal, do adultério ao homicídio, ele é pago para ver o que ninguém quer ver as imagens às quais voltamos as costas, enquanto ele as vê, captura com seus olhos, sempre rondando os locais dos crimes.

Jussara Quadros

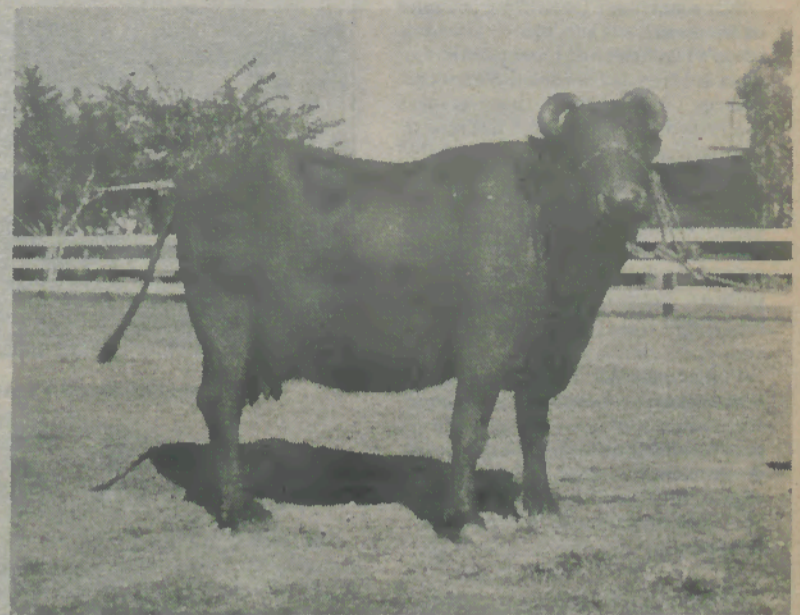
BUBALINOS

O búfalo amplia mercado da pecuária brasileira

Embora o búfalo continue pouco conhecido, é evidente a sua maior aproximação com os brasileiros. Até pouco tempo atrás, criadores de búfalos eram considerados excêntricos que criavam animais exóticos. No entanto, o búfalo apresenta muito mais do que se possa imaginar: são virtudes que ele demonstra no cotidiano da pecuária.

Toda atividade econômica possui como principal motivador o lucro. O búfalo apresenta vantagens na relação custo-benefício com elevados índices de rentabilidade, que por consequência o faz conquistar, pouco a pouco, o seu espaço na economia brasileira.

O rebanho bubalino brasileiro atual possui um crescimento de 12,7% ao ano, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, ABCB. Isto significa que com uma população de 1 milhão e 500 mil cabeças existentes hoje no Brasil atingiremos no ano 2.013 os primeiros 50 milhões de búfalos, e no ano de 2.017, o país já possuirá o maior rebanho de bubalinos do mundo.



Um exemplar extraordinário da raça Murrah

LEITE

O leite de búfalo possui certas diferenças com relação ao leite bovino. Seu sabor é levemente adocicado e sua cor totalmente branca, pela falta de caroteno. A diferença de coloração e de sabor entre o leite de búfalo e o de vaca, segundo o veterinário Caio Poester, se dá porque no leite de búfala está presente a vitamina A, que é incolor; já no de vaca, constata-se a presença de pró-vitamina A (caroteno), responsável pela tonalidade amarelada da gordura. Devido ao elevado teor de matéria gorda, um litro de leite de búfala apresenta de 30% a 40% a mais de calorias se comparado ao leite bovino. Por este motivo, com oito litros de leite de gado bubalino se faz um quilo de queijo, enquanto são precisos 12, de vaca, para se produzir a mesma quantidade de queijo. O veterinário Caio Poester explica que a mesma relação se dá na fabricação da manteiga, quando para se produzir um quilo, são necessários 14 litros de leite de búfala e vinte de vaca.

A produção de leite de búfala ainda é muito pequena no Brasil. Para Caio Poester, isto se deve principalmente ao fato de que o Brasil é um dos únicos países do mundo a direcionar o búfalo para a produção de carne. Dados da FAO indicam que na Índia a participação do búfalo no fornecimento do leite está em destaque. Mesmo representado 1/3 do rebanho de animais de grande porte naquele país, o búfalo participa com 60% no abastecimento geral de leite, e com 95% do leite consumido nas grandes cidades.

CARNE

O que muita gente não sabe é que o abate de búfalo tem sido uma rotina nos frigo-

ríficos brasileiros, na mesma forma que o fornecimento de carne ao consumo. Ela não tem sido vendida sob rótulo e denominação específica, o que é justificado pela extrema dificuldade de diferenciá-la da carne bovina, tanto nos seus cortes, quanto no seu sabor. Segundo Nelson Baeta Neves, em conferência ao Senado Federal no ano de 1981, quando então presidente da ABCB, não existe má fé em vender carne bubalina por bovina. "Parece que quando se oferece gato ao mercado e se entrega lebre o consumidor estaria sendo beneficiado. Nós entregamos carne de alto poder protéico com a vantagem de ser majoritariamente de um animal jovem, de um novilho precoce e a carne de um animal jovem é sempre melhor", afirma Nelson Baeta Neves.

José Luís Timmers, criador de búfalos há nove anos, destaca uma diferença fundamental entre a carne bubalina e a bovina: a gordura. Assim como o leite, a falta de caroteno resulta em coloração branca na gordura da carne bubalina.

TRABALHO

No livro Produção de Búfalos de Marco Zava, o búfalo é considerado como "o trator vivente do Oriente". Em países co-

munistas como a Bulgária "dois búfalos de trabalho equivalem a três bois". Ainda segundo Marco Zava, a espécie bubalina é utilizada na cultura do arroz, na sua colheita e carga. Em termos de Brasil, o búfalo está perfeitamente apto a ser utilizado em pequenas propriedades para a tração de implementos agrícolas na Ilha do Marajó, para tração de carroças e montaria.

ADAPTABILIDADE

O bubalino é de reconhecida adaptação às mais diversas condições de clima e solo. Mesmo em lugares onde a criação de bovinos é limitada. Ele já se fixou em todas as regiões do Brasil graças à sua maior capacidade de transformação de pastagens grosseiras em carne, leite e trabalho.

O que mais caracteriza a espécie bubalina, além de ser uma de suas maiores qualidades, é a rusticidade. No deserto de Kutch, na Índia, onde chove apenas 180 mm ao ano, o búfalo recebe diariamente uma quota de quatro litros de água e apresenta uma produção aceitável. Já na Bulgária, com temperatura muito baixas, o búfalo apresenta índices de produção leiteira bastante alta. Aqui no Brasil os búfalos no Alto Amazonas já fazem parte do cenário alagadiço.

PRODUTIVIDADE

A pecuária moderna considera mais rentável o abate de animais jovens, não importando o peso máximo que eles possam ter. Importando, sim, a rotação do negócio, o giro do dinheiro, e principalmente a relação custo-benefício. Sendo assim, para o criador José Luís Timmers, "o búfalo enquadra-se perfeitamente no quadro da pecuária moderna."

O búfalo chega à idade de abate a nível de criação extensiva aos dois anos de idade, enquanto os bovinos chegam ao mesmo ponto com quatro anos de idade. O índice de natalidade ultrapassa aos 70%, já a média do estado não supera os 50%, conforme estatísticas do IBGE e da ABCB. Estes índices aliados à rusticidade da espécie bubalina comprovam mais uma vez que o búfalo é uma eficiente máquina produtiva para a pecuária.

A origem do búfalo

O búfalo tem sua origem no norte da Índia e Sul da China. Sua domesticação unificou às margens dos rios Eufrates, Tigre, Indo Yangtze entre os anos 2.500 e 2.100 a.C.

Na literatura mitológica chinesa muitas referências sobre "bois" como sendo búfalos são feitas, pois estes eram encontrados freqüentemente em esculturas da época. A partir de seu habitat o búfalo se disseminou por vários países do Extremo Oriente. Inicialmente usado para trabalho, e posteriormente para a produção de carne e leite, teve sua introdução na Europa através dos cruzados e peregrinos que retornavam da Terra Santa. Para o Egito e Turquia os bubalinos foram levados pelos árabes da Mesopotâmia se espalhando para a Síria e Israel. Na América Latina as criações possuem suas origens inicialmente do sudeste asiático.

São dezoito as raças de búfalos domésticos, incluindo os búfalos de pântano. Elas são as seguintes: Murrah, Nili Ravi, Kindi, Surti, Meshana, Jafarabadi, Nagpuri, Pandharpuri, Karabao (búfalo de pântano), Nanda, Jerangi, Kalahandi, Sambalpur, Tharai, Toda, Sout Kanara, Bufalipso, Mediterrâneo. No Brasil apenas quatro raças representam a espécie bubalina: Jafarabadi, Murrah, Karabao, e Mediterrâneo.

Christianne Schmitt

AS PESSOAS NÃO SABEM MAIS A QUEM RECORRER

O medo toma conta de Porto Alegre

Com mais de um milhão de habitantes, Porto Alegre preserva o ar de cidade pequena em seu aspecto visual, entretanto, seus problemas em termos de segurança pública, serviço de informações e organização são efetivamente característicos de uma grande capital com sérias dificuldades administrativas. Segundo o candidato pelo PMDB Antônio Britto, a população de Porto Alegre enfrenta uma constante perda de qualidade de vida e encaixa-se para um conflito social em busca de soluções.

Para ele, ou enfrentamos o problema agora, fazendo um projeto para 20 ou 30 anos, ou em breve estaremos convivendo com problemas estruturais enfrentados hoje por outras capitais, como Fortaleza e Belo Horizonte, para não falar em São Paulo e Rio de Janeiro.

Britto classifica como problemas emergenciais a segurança pública, o transporte coletivo, o saneamento básico e o plano diretor — diretamente ligado à construção civil e aponta dois caminhos para a população: "Ou assume o exílio interno, com a política do não tem jeito, ou participa do compromisso de viver um momento importante da história, o momento das transformações, com o real papel de mudar as regras usuais".

Para o candidato, Porto Alegre é uma cidade que pode ser bem administrada, apesar dos malefícios da operação desmonte e da Reforma Tributária, "que é no mínimo uma falácia, se não vier acompanhada de leis complementares". Defende a necessidade de acabar com a idéia de que a Reforma Tributária criará formas lucrativas de investimentos, e pensar no que tem de concreto.

Conforme Britto, Porto Alegre tem uma folha que compromete 60% dos recursos, mas mesmo assim tem a capacidade de investir de 15 a 16%, podendo chegar no próximo ano a 20%. Portanto, diz ele, precisam ser articuladas formas alternativas com o governo estadual.

Ainda para Antônio Britto, a prefeitura não resolve os problemas da cidade. "A cidade gera conflitos, personagens e situações que precisam ser administradas por todos. A própria população precisa assumir sua casa".

Segurança Pública

A sociedade vive em pânico, os crimes são cada vez mais violentos e já não se acredita nas instituições que devem responder pela segurança e paz sociais. Entra na discussão diária a pena de morte, linchamentos, prisões e a possibilidade de qualquer pessoa buscar a punição dos delinquentes, através de uma ação penal popular.

Os principais penalistas do mundo latino reuniram-se no VII Congresso Brasileiro de Ciências Penais, no ano passado, em Capão da Canoa e indicaram soluções menos radicais e mais demoradas, pois vão além dos limites do Direito Penal, passando por profundas modificações estruturais, já que os especialistas apontam como causas maiores da criminalidade as decorrentes da pobreza e das gritantes diferenças sociais. A concentração da riqueza nas mãos de poucos e os conflitos sócio-econômicos-culturais estão na base do recrudescimento da violência urbana e rural.

Esta realidade também assusta os gaúchos, conforme dados reunidos pelo Instituto de Pesquisa Como & Porque. Prova disso são os resultados obtidos pela publicitária Marlene Stechman Steger e pela psicóloga Martha Onófrío. Conforme a pesquisa chega a 25% o índice de pessoas que não param no sinal de trânsito à noite e 23% não saem à rua sozinhas, estando entre estas últimas 32% cuja idade não ultrapassa os 20 anos. Além disso, cerca de 47% dos portoalegrenses já não portam mais valores ao saírem à rua. Usam apenas o essencial para transporte, alimentação e, eventualmente, alguma compra extra. Está aumentando também o número de pessoas que andam armadas: 17% na capital e 22% no interior do Esta-



Uma cidade que cresce dentro da violência

do. A procura por academias de defesa pessoal aparece como destaque — 10% dos entrevistados afirmam estar se preparando para a batalha nas ruas. E outra preocupação dos gaúchos é não permitir a entrada de pessoas estranhas em casa, índice que chega a 39%. A pesquisa constatou também que quanto mais elevada a faixa de idade, mais cuidados são tomados em relação à atual onda de violência no Estado.

De acordo com fontes da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, a garantia de segurança e proteção do cidadão é uma das prioridades do atual governo, que, tão logo assumiu a administração do Estado, passou a investir decididamente no setor. O orçamento da Secretaria de Segurança Pública foi aumentado de 8,5% para 12,6%, evidenciando a preocupação de assegurar condições objetivas para a execução de uma eficiente política de segurança. Em consequência, um conjunto de medidas foi adotado, a exemplo da entrega de novas viaturas para o policiamento de rua e a construção e recuperação de presídios, delegacias de polícia e destacamentos da Brigada Militar.

A renovação da frota de viaturas da Polícia Civil e da Brigada Militar, que não era feita desde 1982, foi uma das primeiras iniciativas da nova política de segurança. Um total de 304 viaturas foi entregue, das quais 210 foram resultado de convênio com o Ministério da Justiça dentro da campanha "vamos viver sem violência". A previsão para este mês é da chegada de 64 viaturas para a Polícia Civil e Brigada Militar, e mais 56 estão em vias de aquisição.

A questão da falta de policiamento no centro da cidade é uma das prioridades dos candidatos à prefeitura de Porto Alegre. Segundo estudos feitos demonstram que os pontos mais visados pelos assaltantes são as galerias comerciais, principalmente as que tem mais de uma saída, como a galeria do Comércio e a galeria Santa Catarina, ambas com intenso movimento de transeuntes e con-

sumidores.

Na galeria do Comércio, segundo lojistas, o acontecimento de assaltos ou pequenos furtos é em média de três por dia, isto a qualquer hora. Os ambulantes e vendedores de legumes, nas proximidades das ruas Pinto Bandeira e Coronel Vicente também reclamam da falta de segurança no local.

ORGANIZAÇÃO

Em Porto Alegre a organização ainda é feita pelo sistema primitivo de filas. Basta percorrer algumas ruas para constatar a verdadeira onda de filas que assola a capital. Normalmente o contribuinte começa o dia na fila do ônibus ou da lotação, passando pela fila da roleta na primeira opção e aguardando nesse ordenamento para descer do veículo. Ao chegar no local de trabalho, a minoria dos portoalegrenses enfrenta a tradicional fila do elevador, seguida da fila do cartão-ponto.

Para almoçar, a luta continua, somada às tentativas para conseguir lugar nos bares e lancherias. Aproveitando o curto espaço do intervalo do meio-dia, a maioria vai aos bancos pagar carnês, impostos e tributos em geral, enfrentando mais demoras, aglomerados humanos e impaciência.

A perda de tempo em algo tão primitivo como uma fila às vezes acaba em vemente protesto. É a reação dos revoltados ou inconformados, decididos a mudar a sistemática, não escondendo seu nervosismo. "Isso é o fim do mundo! Onde já se viu perder tanto tempo! O pior é que é sempre nos mesmos lugares...", indignam-se o corretor de seguros Caio Farias, 38 anos, acrescentando que, como em outras circunstâncias, "na fila dos bancos somos apenas mais um número de conta corrente". Caio acha que o dinheiro arrecadado como juros e outras taxas deveria ser canalizado para a solução de problemas simples, porém irritantes como a espera em filas.

Precariedade nas informações para população

Porto Alegre é muito precária em termos de postos de informações para sua população. O único posto fixo que presta esse tipo de atendimento no centro da cidade é o da Eatur, que fica atrás da Praça XV de Novembro. Outra alternativa é ligar para o telefone 190 da Brigada Militar, que com auxílio de computador pode conceder qualquer tipo de informação. As pessoas que estão no centro da cidade, em geral, procuram o policiamento. Para o atendimento à população, portanto, resta somente a sede da Eatur, na Travessa do Carmo e a Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTur) que tem em funcionamento apenas um posto na rodoviária e outro no aeroporto, para atendimento exclusivo de turistas.

Os dirigentes dos órgãos responsáveis por informar à população reconhecem a precariedade do atendimento. O presidente da Eatur, João Severiano, diz que o objetivo da entidade é ampliar o atendimento com um posto na rodoviária e, futuramente, colocar outro na Esquina Democrática. "O nível de desconhecimento da cidade é muito grande", salienta João Severiano. "As pessoas tem uma vida muito espreguiçada, fazendo diariamente o roteiro de casa para o serviço e vice-versa."

O posto da Eatur da Praça XV de Novembro atende uma média de 150 a 180 informações diárias. Mesmo assim, a eficiência poderia ser maior se ele estivesse localizado num ponto geográfico mais visível. "Esse posto foi colocado ali numa época em que, apesar das linhas de bonde já terem sido retiradas, a população se encontrava à noite para conversar. Hoje isso não acontece mais até pela questão de segurança", lembra João Severiano.

Cerca de 80% do pessoal que procura o posto da Eatur é de Porto Alegre, tentando se localizar. Apenas nos meses de janeiro e fevereiro é que o número de portoalegrenses e turistas se equivalem, afirma a coordenadora Margarida Linera. O maior número de pedidos se refere à localização de ruas, mas as solicitações são as mais variadas, informa a coordenadora.

A Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTur), depois de uma avaliação, constatou que há prioridades, como fortalecer os centros da rodoviária e do aeroporto com mais recepcionistas, afirma a coordenadora do Departamento de Informações, Rosemari dos Santos. "Estamos tentando, junto com a Eatur, padronizar as informações. A idéia é fazer um treinamento conjunto entre o órgão estadual e o municipal".

A coordenadora das recepcionistas, Siena Montebland da Silva, diz que média mensal de solicitações de informações feitas pelos turistas nos dois postos de Porto Alegre é de 1.500 na baixa temporada e entre 3.500 a 4.000 nos períodos de férias.

O conhecido e perigoso bairro do Bom Fim

Alguns identificam uma onda de violência crescente no Bom Fim. Outros contestam dizendo que a violência não está no bairro, mas em todos os lugares, em todo o país. O certo é que a é motivo de discussão e debate.

Há dez anos morando na Oswaldo Aranha, Levegildo de Freitas, jornalista e funcionário público federal, diz que essa violência tão comentada é puro folclore: "A Azenha, o Partenon, a rua da Praia à noite são mais violentos do que o Bom Fim. Para ele, o bairro parece uma cidade do interior onde todo mundo se conhece, se encontra. "O que existe aqui é a miséria dividida de todas as pessoas

que frequentam esses bares. É claro que algumas pessoas, que só passam por aqui, não podem compreender esta fauna toda", afirma.

Na rua José Bonifácio, onde aos domingos acontece uma das mais conhecidas feiras de artesanato e antiguidade — o Brique da Redenção — o empresário Caco Zanchi fala de outro tipo de violência que ocorre todas as noites, principalmente nos fins de semana. Desde que abriu sua cantina, pôde observar o intenso movimento dos "michês", meninos com menos de 15 anos que se prostituem. "Eles fazem uma enorme algazarra, eu já vi vários deles caminharem nus pela rua e até mesmo brigas de faca. Com mais

luz e policiamento no local este problema terminaria. A causa dessa violência não está nos punks, nem nesses meninos aqui da José Bonifácio, nem nos marginais, mas sim na falta de infra-estrutura do bairro", conclui o empresário.

Um dos problemas mais sérios do bairro hoje é a concentração de marginais no Parque Farroupilha; são 40 hectares com área verde, praças, canchas de esportes e monumentos, frequentados todos os meses por uma média de um milhão de pessoas. À noite, no entanto, caminhar pelo parque não é exatamente prova de bom senso; existe no mínimo, o risco de ser assaltado, já que falta de iluminação e

policiamento e a falta arborização fazem do parque o lugar ideal para concentração de assaltantes e pivetes.

O escritor Moacyr Scliar, conhecido por sua ligação com o Bom Fim, lembra com saudade os anos 50 no bairro. Época em que, segundo o escritor, era possível deixar portas e janelas abertas sem medo de ser assaltado. Época em que os boêmios que frequentavam os bares como o Serafim, o bar João e o bar Aurélio respeitavam os moradores do bairro e não confundiam boêmia com baderna. Hoje, segundo Scliar, o bairro assusta seus moradores e as pessoas têm medo de andar pelas ruas.

TELEVISÃO

As líderes da audiência entram em novo "round"

Seu nome é Rambo, John Rambo e ele não mede forças para acabar com seu inimigo. Mais parecendo com os confrontos de "Mister" Sylvester Stallone está a briga pela audiência na televisão brasileira. Quem abre os jornais hoje em dia vê os claros sinais desta guerra em anúncios publicitários feitos pela líder de audiência, Rede Globo, e a que denomina-se vice, o SBT. A TV de Sílvio Santos resolveu, há mais ou menos um mês, dar uma cartada decisiva, contando com o quadro "Cinema em Casa".

E para abrir este novo "round" da luta entre as duas emissoras, a SBT programou para uma quarta-feira, dia 17 de agosto, nada menos que "Rambo — Programado para Matar", de Ted Kotcheff, o filme que deu início à carreira milionária do "reforçado" Stallone, acusado de ser o herói responsável por um cinema imperialista em decadência, hoje em dia por vertes anti-Reagan (o jornal "Diário do Brasil", mostrou uma matéria traduzida do "New York Times", revelando um lado mais afetuoso do ator).

De acordo com Luciano Callegari, superintendente artístico-regional do SBT, em entrevista dada ao crítico Amir Labaki, da "Folha de São Paulo", era antiga a intenção de criar uma sessão de cinema num dia específico da semana, precedendo mesmo o lançamento do "Tela Quente", da Rede Globo. Revela também que a emissora não quis começar a nova programação enquanto não fizesse um lote considerável de filmes que permitisse levar o projeto adiante por pelo menos um ano. "Não vou dar numa semana "Rambo" e noutra um filminho qualquer" e reconheceu ainda que o "Musicamp", programa que anteriormente ocupava este espaço, "não tinha muito futuro" (5% em média no percentual da audiência, mais ou menos 300 mil espectadores em todo o Brasil).

Os responsáveis pela programação afirmam que a SBT não pretende superar a Globo e sim diminuir a distância entre as duas audiências. E para isto são feitas as estratégias e, como parte destas jogadas futuras, está a mudança de endereço da

emissora de Vila Guilherme (zona norte de São Paulo) para um terreno de 240 mil metros quadrados no Km 7 da Vila Anhanguera, o que deve ocorrer em dois anos.

Roberto Buzzone, diretor nacional de programação da Globo, no entanto, justificou a transmissão de "Rambo II" na quarta-feira porque as emissoras devem estar "atentas à programação dos concorrentes e firmar a sua audiência".

E a novela não termina por aí. Como bem se sabe, Rambo por Rambo, o telespectador fica mesmo é com o do canal 12, nem que seja por manter o botão do televisor no mesmo lugar. O SBT, não querendo entrar na guerra perdida, anunciou a transferência de "Rambo I" para sexta, dia 26. O próprio Sílvio Santos colocou-se à disposição para informações à imprensa e pessoalmente avisou que gostaria que o espectador pudesse assistir os dois filmes, justificando a mudança de dia e horário.

Na quarta-feira, dia inicialmente programado para passar os dois filmes, o SBT voltou a anunciar o filme de Stallone durante sua programação diária. A audiência

foi maciça durante o programa infantil "Bozo", onde o palhaço iacitava as crianças a convidarem seu pai para assistir o filme. O público era convidado novamente a assistir o "Cinema em Casa", embora não se conseguisse informação alguma a respeito da nova mudança de programação. Quando a Globo começou a transmitir seu grande prato em "Tela Quente" — "Rambo II, a Missão" foi a maior bilheteria do Brasil em 1986 e uma das maiores nos Estados Unidos em, 85 — o SBT foi ao ar com o seguinte slogan: "o SBT faz o que é melhor para você". Aconselharam o espectador a passar para o canal 12, pois o 5 passaria o filme para o próximo dia 26, sexta-feira.

Resultado: na noite de quarta, com Rambo II, a Globo teve 77 pontos no Rio de Janeiro e 68 pontos em São Paulo.

Neste mesmo horário, o SBT, devido à expectativa do público (e posterior frustração) de assistir "Rambo I", estava com 13% de audiência segundo pesquisa do IBOPE, quando levou ao ar a sua programação normal.



Sylvester Stallone no primeiro "Rambo" da série

"Supra-sumo" na TV

O SBT, tentando buscar a audiência qualificada investe no telejornalismo. E para isto está reforçando sua programação de fim de noite com novas atrações a partir das 23h30min. Em meio a tantas modificações, investe em uma cartada decisiva: o telejornalismo. Desde o dia 22 de agosto, leva ao ar novos programas na área, produzidos por um departamento totalmente reestruturado.

A revista "Isto é — Senhor" avalia que a emissora "tenta passar um verniz de credibilidade em sua programação, na esperança de capturar a faixa de público vagamente definida como formadora de opinião".

Os três programas existentes na emissora foram reformulados e mudaram de nome. O Jornal da Cidade produção local (Em São Paulo é chamado de "Cidade 4"), passou a chamar-se TJ (de telejornal) e a sigla do estado onde é exibido. O antigo Noticentro (nacional e internacional) passou-se a chamar TJ Brasil e o "24 Horas", "TJ Noite".

Os três telejornais são comandados por "âncoras" — figuras criadas pelo telejornalismo norte-americano que editam, apresentam e comentam as notícias. Para fazer o papel proposto, o SBT convocou Boris Casoy, jornalista há 15 anos da "Folha de São Paulo", agora definido como a "estrela" do telejornal.

Como outras alternativas, o SBT e sua equipe pretende criar um programa de debates que vai ao ar nas segundas-feiras às 23h30min, sob comando do mesmo Boris Casoy. Na mesma faixa de horário, às terças-feiras, a TV entra com "Jô Soares — Onze e Meia", também um programa de entrevistas com personalidades das mais diversas áreas. Para a garotada pequena vai ao ar o "Dô, Rê, Mi... Simony" com a ex-apresentadora e integrante do "Balão Mágico", antigo programa infantil da Globo. O similar no SBT pretende ser uma revista com proposta ecológica. Além destes, mais cinco novos programas entre o jornalismo e o entretenimento estreiam no horário de meia-noite, de segunda a sexta.

O cinema em casa

A guerra de audiências entre a Globo e o SBT envolve um pacote de filme inéditos na televisão brasileira. Começando por Rambo I e II nas duas emissoras, o SBT apresentou, em seguida, "O Trovão Azul", filme que deu início à série americana e de grande apelo popular. Coube então à emissora que se vangloria de "liderança absoluta" anunciar um cardápio invejável. Apresentou no quadro "Tela Quente" "Janela Indiscreta", de Alfred Hitchcock e "A Rosa Púrpura do Cairo", de Woody Allen. Foram adquiridos "Um Corpo que cai" (Vertigo), 1958, também de Hitchcock e as chamadas da TV indicam para sucessos mais recentes nos cinemas de Porto Alegre: "O Selvagem da Motocicleta", "O Mistério no Parque Gorki", além de três comédias da série "A Pantera Cor-de-Rosa" e três aventuras de James Bond: "Os Diamantes são Eternos" (1971), com Sean Connery, "Viva ou Deixe Viver" (1973) e "007 Contra a Pistola de Ouro" (1974), os dois últimos com Roger Moore.

A programação do SBT não fica nada atrás. Depois da estratégia, a emissora apresentou, além de "Trovão Azul", "Star Man — O Homem das Estrelas", "O Exterminador do Futuro", "O Ano do Dragão", de Michael Cimino e "Jogo Bruto", de John Irvin, com Arnold Schwarzenegger.

O espectador é quem sai ganhando com a briga e, dentre os filmes que esperam a vez destacam-se "Mad Max", "Gritos do Silêncio", "Um Tiro na Noite", "No Limite da Realidade", "Espesamante", "Excalibur", "Arthur, o Milionário Sedutor" e — para não dizer que James Bond é exclusividade da Globo — "Nunca Mais Outra Vez", com a volta de Sean Connery no papel que o celebrou.

A expectativa do SBT, com isto, é somar dez pontos percentuais de audiência. O programador de filmes e crítico Paulo Perigo, da Globo, reage dizendo que se criarem mais um quadro, vai perecer atrás de uma fila de filmes.



Fórmula nova não altera qualidade

É proibido empatar agora, no futebol brasileiro, pelo menos nos jogos da Copa Brasil. Um placar igual nos noventa minutos de jogo resulta como castigo para as equipes uma série de cinco pênaltis, até sair um time vencedor. O autor da idéia, é Henri Aïdar, ex-presidente do São Paulo Futebol Clube, que vinha pensando em mudanças desde o final da década de 60. "Quem vai ao futebol — justifica ele — quer ver gol, e não um zero a zero. Isso é pior que filinje do Gordo e o Magro." O novo regulamento do Campeonato surgiu na véspera de começar o certame, numa conversa entre Aïdar e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Nabi Abi Chedid. A proposta de dar três pontos ao vencedor no tempo normal e de levar as partidas que terminassem empatadas à decisão dos pênaltis foi adotada sem muita conversa, e além do Brasil a experiência está sendo adotada também na Argentina. Mas as estatísticas não têm sido camaradas com a CBF. O número de empates e a quantidade de gols diminuiu em comparação com o ano passado, além das pessoas que frequentam os estádios. O regulamento, tido como a salvação do futebol brasileiro, chegou ao cúmulo no jogo entre Bahia e Goiás, que tiveram que bater 26 pênaltis antes de decidirem quem levaria os dois pontos.

A pressa foi o que caracterizou a adoção da nova fórmula. Depois de muita discussão sobre o número de participantes da Copa Brasil e o calendário dos jogos, os clubes foram surpreendidos dois dias antes da primeira rodada com a decisão. As opiniões em geral são contrárias à medida, o que não abalou em nenhum momento a convicção da CBF. Os times cariocas, descontentes, entraram na Justiça Desportiva pedindo a anulação do artigo 19, que manda decidir os empates em pênaltis. No Rio Grande do Sul os presidentes do Grêmio e Internacional também são contrários à medida e levaram essa posição a um encontro entre os 13 maiores clubes brasileiros. Mas o dirigente da reunião e presidente do Clube dos 13, Carlos Miguel Aïdar, classificou a mudança como natural. É bom lembrar que o autor da proposta é o pai de Carlos Miguel.

Por parte de técnicos e jogadores, a opinião dominante é desfavorável à mudança. Otacílio Gonçalves, técnico do Grêmio, acha a medida desnecessária e pouco eficiente para melhorar a qualidade do futebol brasileiro. "Sou contrário porque não acho justo que duas equipes que tenham feito uma partida equilibrada recebam um tratamento desigual, com uma tendo de ganhar de qualquer maneira." Ele acha também que isso vai aumentar, ao contrário do que argumenta a CBF, os esquemas defensivos das equipes: "Uma equipe média vai se retrancar e arrastar o jogo contra um bom time para garantir uma vitória nos pênaltis." Francisco Neto, técnico do Internacional, tem a mesma opinião. "Acho isso um absurdo, já que nada pode influenciar o resultado de uma partida, a não ser a qualidade dos times." Os jogadores, em geral mais arredios nas suas críticas a dirigentes, também não poupam formas para definir a medida. "É um aborto, que pretende tirar de qualquer partida um vencedor", reclama o indignado Dadinho, centro-avante do Internacional. O goleiro Mazaropi, do Grêmio, classifica o regulamento como absurdo, por favorecer as equipes pequenas e sem pretensão. O público responde à sua maneira: sumindo dos estádios. Além dos preços altos dos ingressos, a desorganização do campeonato tem afastado os torcedores. A média de público este ano está por volta de 11 mil pessoas por jogo, quando em 87 esse número superou os 18 mil.

A CBF também se defende como pode. O autor da idéia não está preocupado com as críticas. "Acho que os clubes que estão descontentes deveriam ser excluídos do campeonato", ataca Aïdar. Ele acha que a nova regulamentação vai acabar com as retransmissões e despartir um novo atrativo no torcedor. Entusiasmado, ele já pensa em outras mudanças, como o fim do impedimento e das barreiras em cobranças de faltas. A modificação repercutiu até mesmo nos patrocinios e nas transmissões pela televisão. A Coca-Cola, que assinou um contrato de 6,5 milhões de dólares com o Clube dos 13, reclama da organização dizendo que esse não é o quadro habitual em que a empresa faz seus investimentos. A Rede Globo também teve dificuldades para vender suas transmissões devido à indefinição dos números de clubes, do regulamento e da duração do campeonato. E a Varig teve repercussão nas suas planilhas de voo, que impediu um contrato com a CBF. Ninguém sabia quantos jogos seriam realizados nem quantas viagens seriam precisas.

O problema, ao que parece, envolve mais política do que propriamente amor pelo futebol brasileiro. O presidente da CBF, de olho na sucessão da entidade, saiu na frente do candidato de oposição, Ricardo Teixeira, que tinha como plataforma exatamente as mudanças que agora estão acontecendo. Além disso, ganhou apoio do presidente do Clube dos 13 e dividiu a iniciativa dos clubes. A mudança, este ano, está garantida. A discussão vai continuar, as decisões na justiça podem alterar alguns pontos, mas o certo é que o futebol brasileiro vai ficar onde está: pobre e sem atrativos.

Flávio Ilha